

Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO

Ano XI • Número 81

São Paulo enfrenta coronavírus com medidas austeras



Parceria de Ouvidorias
municipais com o MPSP



Estradas vicinais vão
receber investimentos



Prefeituras terão como
se prevenir da corrupção



ELA MULHER, ELA ÁGUA.

A água e as mulheres têm muito em comum: a força, o poder de transformar, de curar, de gerar a vida. Onde existe saneamento, mulheres e meninas têm mais saúde e mais possibilidades. Por isso, a Sabesp investe para gerar mais qualidade de vida. Março. Mês da mulher, mês da água. Sabesp. Água. Sabendo usar, não vai faltar.



Fernanda Haruko Yanachi
Estagiária de química da Sabesp





Sumário

05 Editorial

Tempos difíceis

06 Giro Municipal

08 Especial

Estado investe na recuperação das estradas vicinais

11 Matéria de Capa

São Paulo enfrenta o coronavírus

12 Lançado projeto de controle para prevenir fraude e corrupção

16 A proposta de extinção de municípios e as cláusulas pétreas da Constituição Federal

18 A importância da Ouvidoria nos municípios e sua parceria com a Ouvidoria do MPSP

20 Levantamento mostra que muitos municípios não conseguem arrecadar nem para se manter

23 Governo de SP antecipa repasse de R\$ 1,1 bilhão de ICMS aos municípios

24 Presidente do Conselho da UVESP é homenageado na Assembleia Legislativa

28 CONSEGs registram bons resultados

29 Combate mundial ao uso de drogas comemorado no Brasil

30 São Paulo - Capital da Cultura Inclusiva

31 Ações de projetos da Secretaria da Pessoa com Deficiência de SP

32 Mobilidade urbana: foco no planejamento e ação política

34 Aproximar, modernizar e desburocratizar!

35 Um prêmio à ciência

36 Equipe de transição: uma medida que se impõe

37 Espaço Feapaes-SP

38 Espaço CRA-SP

40 Espaço IPT

43 Espaço TCE-SP

44 A constituição municipal

45 Espaço Mulheres em Destaque

47 Municípios Aniversariantes

50 Dia-a-dia

Noite de chuva na floresta

04 | Revista Municípios de São Paulo

PRESIDENTE DA APM

CARLOS ALBERTO CRUZ FILHO

Vice-Prefeito e Vereador de Campinas (1997/2000 e 1983/1988)

1º Vice-Presidente: Frederico Guidoni Scaronello

Prefeito de Campos de Jordão (2013/2016 e 2017/2020)

2º Vice-Presidente: Geninho Zuliani

Prefeito e Vereador de Olímpia (2009/2016 e 2001/2008)

3º Vice-Presidente: SILAS BORTOLOSSO

Prefeito de Osasco (1997/2000)

4º Vice-Presidente: MARILENE MARIOTTONI

Vereadora de Mogi-Mirim (1989/2008)

SECRETÁRIO GERAL

ANTONIO CESAR GONTUJO DE ABREU

Vereador de Barretos (1992/1996)

1º Secretário: SEBASTIÃO MISIARA

Vereador de Barretos (1972/1996)

2º Secretário: DIXON RONAN CARVALHO

Prefeito de Paulínia (2017/2020)

3º Secretário: DANIELA DE CÁSSIA SANTOS

Prefeita de Monteiro Lobato (2013/2016 e 2017/2020)

TESOUREIRO GERAL

JOÃO EMÍLIO BUZZO

Prefeito de Mendonça (1989/1992 e 1997/2000)

1º Tesoureiro: MARCO AURÉLIO GOMES DOS SANTOS

Prefeito de Itanhaém (2013/2016 e 2017/2020)

2º Tesoureiro: MARCO ANTÔNIO PEREIRA DA ROCHA

Prefeito de Regente Feijó (2000/2008 e 2017/2020)

3º Tesoureiro: PAULO SÉRGIO ALVES

Vereador de Vera Cruz (1997/2000)

CONSELHO FISCAL

MARCO ANTONIO CITADINI

Prefeito e Vice-Prefeito de Capão Bonito (2009/2016 e 2017/2020)

OSCAR GOZZI

Prefeito de Iarumã (2017/2020)

THIAGO DE MORAES FERRARI

Vereador de Campinas (2009/2016)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

JOSÉ LUIZ RODRIGUES

Prefeito de Aparecida (2001/2008)

JOSÉ BENEDITO DE OLIVEIRA

Prefeito de Espírito Santo do Pinhal (2013/2016)

SIGEFREDO GRISO

Prefeito e Vice-Prefeito de Jau (1989/1992 e 2013/2016)

CONSELHO CONSULTIVO

Presidente: WALTER CAVEANHA

Prefeito de Mogi Guaçu (1977/1982 ; 1989/1992; 1997/2000; 2013/2016 e 2017/2020)

Vice-Presidente: LEANDRO CORRÊA

Prefeito de Brotas (2017/2020)

Secretário: MARCO ERNANE HYSSA LUIZ

Prefeito de Altinópolis (2009/2016)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: AQUEVIRQUE ANTONIO NHOLLA

Vice-Prefeito e Vereador de São João da Boa Vista (1993/1996; 1983/1992 e 2017/2020)

Vice-Presidente: MIGUEL ANTONIO SILVA PADILHA

Vereador de Campinas (1983/1988)

Secretário: LUIZ SOUTO MADUREIRA

Vice-Prefeito de Tietê (1988/1992)

RELAÇÕES PÚBLICAS

Dalva Christofoletti Poes da Silva

Editorial

Tempos difíceis

Estamos nesta edição abordando os assuntos mais relevantes do bimestre, que se caracteriza como o início do ano 2020, onde vislumbramos muitos desafios, dentre os quais as eleições municipais. Porém, o maior deles, inesperado e surpreendente, é a guerra contra o coronavírus, que nos envolve a todos, ameaçando a vida de todos nós, sem poupar ninguém. Em ocasiões excepcionais como esta, espera-se que aflore o “líder” que assuma o comando, amparado por assessoria especializada e competente, e nos direcione ao caminho que nos leve a superar as dificuldades e vencer o inimigo.

É inquestionável a determinação e comprometimento do governador João Doria, que não vacilou em montar uma força tarefa para enfrentar a situação, amparado por competente equipe (secretários e especialistas), estabelecendo ações radicais de enfrentamento, reduzindo os riscos de uma tragédia anunciada. Entendemos sensato que os prefeitos reproduzam as ações para seus municípios, somando esforços e protegendo cidadãos de suas cidades. As ações, postura e decisão de nosso governador Doria nos estimula e faz de São Paulo exemplo e paradigma de comando responsável, criando modelo de gestão e liderança exemplares. Todas as sextas-feiras o governador Doria se reúne com seu primeiro escalão por quatro horas, onde os assuntos são atualizados e todos os secretários tomam conhecimento dos programas de todas as áreas, onde o governador



Carlos Cruz
Presidente da APM

tem o controle de tudo. Exemplo e modelo de gestão competente e eficiente e com foco absoluto no resultado.

A APM participou como convidada de duas dessas reuniões e é testemunha entusiasta deste modelo pragmático e temos certeza que, a seu tempo, as ações irão se materializar e, ao final, mostraremos um Estado de São Paulo eficiente, moderno e participativo. E que servirá de modelo para todo o Brasil.

Em razão da crise do coronavírus, adiamos a realização do nosso tradicional Congresso de Municípios, prevendo sua realização para novembro, após as eleições. Para

preservar nossos funcionários, nos próximos quatro meses, todos eles trabalharão de suas casas, fazendo rodízio entre eles, com apenas um em plantão diário. No mais, estaremos sempre atentos e qualquer ação ou informação importante, nos comunicaremos por nossos canais e redes sociais.

Felicidades a todos em suas batalhas, sucesso e vitória.
Boa leitura!

“O verdadeiro líder não teme assessores competentes”

Prefeito Edinho Araújo, de S.J. Rio Preto, na reunião do governador Doria com Secretários de Estado

REVISTA MUNICÍPIOS
DE SÃO PAULO

JANEIRO/FEVEREIRO
2020

EDITOR E JORNALISTA
RESPONSÁVEL
Flávio Lamas

DESIGN GRÁFICO
Mírian Vogt Salles

IMPRESSÃO
Lince Gráfica e Editora
www.lincebr.com

Tiragem: 10.000 exemplares

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e
números atrasados:
(11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br

Comentários sobre conteúdo,
sugestões, críticas e release:
imprensa@apaulista.org.br

PUBLICIDADE

CEAME - (11) 3063-5775
ceame@ceame.com.br

Revista Municípios de São Paulo, não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos e matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.



Ao selecionar as notícias para esta edição, vi que uma boa parte dos prefeitos paulistas tem tomado medidas para enfrentar a epidemia do coronavírus. A maioria tem apresentado recomendações das secretarias municipais de saúde para as pessoas tomarem o máximo de precaução. Vi, também, que a dengue está chegando com tudo, por causa do excesso de chuvas das últimas semanas. Mas, ainda assim, na hora de escolher o que noticiar, temos dado prioridade para atitudes que sejam exemplos a outros municípios. E, confesso, o espaço tem sido pequeno para tantas coisas boas que a gente encontra pelo interior do nosso Estado.

Rio Preto

Exporta SP na cidade

Rio Preto está recebendo o Exporta SP, o Programa Paulista de Capacitação para Exportações. A apresentação é voltada a micro, pequenas e médias empresas do setor de produtos, serviços ou startups. O objetivo é capacitar empresários que têm interesse em atuar no mercado internacional e dar suporte a quem já exporta, mas quer impulsionar suas operações. O Exporta SP vai selecionar 150 empresas para participar do programa em todo Estado.

Adamantina

Decreto contra aedes

A Prefeitura de Adamantina está realizando estudos de medidas que fortaleçam o combate ao mosquito Aedes Aegypti por meio de um decreto. Com isso, será possível que a contratação emergencial de profissionais para o combate à dengue. Adamantina mantém convênio com a Unicamp para aplicação de um larvicida biológico que será adicionado aos ralos das casas, pratos de plantas e depósitos de água. O produto foi testado em laboratório, obtendo alto índice de eficiência.

Caraguatatuba

Canal extravasor

A Prefeitura de Caraguatatuba iniciou as obras do canal extravasor para escoamento das águas de córregos da cidade. Esse canal, de aproximadamente 25 metros, vai interligar ao canal já existente no bairro (400 metros) e que foi concluído no ano passado. A obra, que deve durar cerca de 25 dias, vai ajudar no escoamento das águas na região do Garden Mar, Jardim do Sol e Massaguaçu. O canal extravasor vai desembocar no mar.

Itapira

Obras de prevenção

Apesar do grande volume de chuvas em Itapira, as obras e serviços realizados pela Prefeitura têm impedido que ocorram danos à população. O acumulado de chuva do mês de fevereiro foi de 299,8 milímetros – a média é de 173,4 milímetros. "Temos trabalhado bastante nas obras preventivas como construções de galerias, desassoreamentos, limpezas em geral. Isso gera esse resultado de mesmo com tanta chuva a população não sofrer com transtornos", afirmou o prefeito José Natalino Paganini.

Capão Bonito

Mutirão na escola

"A escola é de todos nós". Com esta filosofia a comunidade do Distrito do Turvo dos Almeida, zona rural do município de Capão Bonito, deu um exemplo realizando um grande mutirão de limpeza na escola "Gov. André Franco Montoro". A ação contou com a participação de pais, professores, alunos, ex-alunos e gestores municipais da área de educação. A comunidade providenciou roçadeiras, bags para transportar do material retirado, ferramentas e tratores que transportam toneladas de mato, detritos e galhos.

Marília

Acessibilidade

A Prefeitura de Marília está instalando dispositivos de acessibilidade no centro da cidade, com piso podotátil. No segundo semestre do ano passado, foram construídas 236 rampas. O próximo passo é a instalação de 105 metros de lombos e mais piso podotátil nas proximidades do HC, Santa Casa e outros locais de grande circulação de pedestres. No total serão instalados 8.900 metros de piso podotátil em Marília.

Sertãozinho

Idosos online

O Centro de Convivência do Idoso "Fátima Sueli Valim Nicolino" (CCI), da cidade de Sertãozinho, oferece vagas gratuitas para curso de informática destinado a pessoas acima de 60 anos. O projeto está no seu 6º ano e é uma parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), campus de Sertãozinho, para ampliar a integração da terceira idade..



Campos do Jordão

Melhor paisagismo

O calçadão do Capivari ganhou a maior intervenção paisagística dos últimos 20 anos, com a construção do Boulevard Pedro Augusto Padovan Paulo, que tem 7.178,56 m². O projeto incentiva os passeios a pé e a maior permanência no centro, o que acaba sendo bom para as lojas e restaurantes. Além disso, cerca de 50 ruas e bairros inteiros ganharam novo visual com o maior projeto de pavimentação que a cidade já viu. O cuidado com a captação de água está presente, com a construção de galerias de águas pluviais e escadas hidráulicas.

Bebedouro

Eco melhorias

A Prefeitura de Bebedouro iniciou a construção do Ecoparque, Ecoacademia e quadra de areia localizada dentro do Centro Social Urbano Tancredo Neves "Tancredão". Os Ecoparques tem como objetivo a conscientização ambiental através da construção de parques de pneus, transformando esses materiais de forma criativa e os inserindo em espaços estratégicos de lazer e atividades educativas.

Arealva

Pontes recuperadas

A prefeitura de Arealva tem intensificado o trabalho de recuperação de pontes de estradas rurais, uma vez que com o início das chuvas de verão muitas foram danificadas, prejudicando as condições de trafegabilidade dessas localidades. Foram recuperadas 6 pontes desde o início de 2020. Arealva tem grande extensão de território rural, e por isso é preciso um trabalho contínuo e gradativo para atender as demandas e melhorar os acessos.

Presidente Prudente

Inova Prudente

Presidente Prudente lançou o Programa InovaTec, uma iniciativa de incentivo fiscal e apoio tecnológico para empresas de software, pesquisa e startups. Dessa forma, empresas que se enquadrem em CNAEs (Classificações Nacionais de Atividades Econômicas) do Grupo 62, que atuem com pesquisa ou que sejam de inovação e startups poderão aderir ao programa, de forma voluntária e gratuita, para obter isenção de todas as taxas e tarifas.

Apiaí

Créditos especiais

Apiaí realizou um Workshop com Desenvolve SP, Invest SP e SEBRAE, apresentando linhas de crédito para empreendedores da região a fim de gerar novos negócios e fomentar a economia local. Um dos principais assuntos tratados foi a contribuição para o fortalecimento da economia local.

E.S. do Pinhal

Enoturismo em destaque

A revista Exame trouxe, em sua última edição, Espírito Santo do Pinhal como destaque do enoturismo. A reportagem com o título "O Napa Valley Brasileiro" apresenta o município e a região como destaques no crescimento das atividades turísticas que se baseiam na viagem motivada pela apreciação do sabor e aroma dos vinhos, além das tradições e cultura locais. Três vinícolas da cidade são apontadas como impulsionadoras do turismo do vinho.

Itapetininga

Mais fiscalização

A Prefeitura de Itapetininga tem intensificado as fiscalizações a terrenos baldios e locais com descarte irregular de materiais. A preocupação tem nome: Aedes Aegypti. E embora sejam constantes as vistorias muitos proprietários de terrenos não realizam a limpeza de suas áreas e materiais são descartados irregularmente. Prova disto está no número de notificações a responsáveis por terrenos sujos e descartes irregulares emitidas em fevereiro, que já somam 431, um salto de mais de 250% com relação ao mês de janeiro, quando foram registradas 122 notificações.

As Prefeituras que quiserem enviar noticiário para esta coluna, favor encaminhar os textos para o e-mail: giromunicipal@apaulista.org.br

Estado investe na recuperação das estradas vicinais

No total serão 1.103 estradas nos municípios paulistas. Na primeira fase, 224 começam a receber melhorias para garantir a logística de escoamento de produtos industrializados ou rurais e facilidade para chegar às atrações turísticas das cidades.

Por Flávio Lamas

Prefeituras de várias regiões paulistas estão enviando ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER), da Secretaria de Logística e Transportes do governo de São Paulo solicitações sobre como aderir e fazer convênios para receber recursos e obras do Novas Vicinais, programa anunciado pelo governador João Doria no final de 2019, que prevê a recuperação de 11,4 mil quilômetros de vias públicas.

É um programa audacioso. Ao todo, serão 1.103 estradas vicinais que receberão obras para recuperação da pista, pavimentação das estradas em terra e melhorias em sinalização e sistema de drenagem. O DER e a Secretaria de Logística e Transportes anunciam que serão critérios técnicos para anunciar o primeiro grupo de vicinais contempladas. Por exemplo, vias que ligam polos geradores de serviços, rodovias estaduais, além de estradas que dão acesso a municípios. Essas prioridades são exatamente o que interessa aos prefeitos, principalmente neste começo de ano



Carlos Cruz, presidente da APM



Secretário João Octaviano Machado Neto

muito chuvoso e que causou sérios danos em quase todos os municípios. “Temos percebido muito interesse por parte dos prefeitos, porque a infraestrutura garante escoamento de produtos rurais, além de garantir circulação de produtos e serviços”, explica o presidente da Associação Paulista de Municípios, Carlos Cruz, que esteve presente ao lançamento desta meta do governo paulista.

O programa foi criado para compor uma nova matriz logística do Estado e vai auxiliar os municípios de forma estratégica e já está tudo pronto para a primeira fase em obras de 224 vicinais.

Segundo o secretário de Logística e Transportes, João Octaviano Machado Neto, ao todo, serão 1.103 estradas vicinais que receberão obras para recuperação da pista, pavimentação das estradas em terra e melhorias em sinalização e sistema de drenagem. O governador Doria também destacou a importância das vicinais ao lançar o Novas Vicinais: “As estradas vicinais têm importância significativa no interior e litoral de São Pau-

lo. Elas são usadas para o escoamento da produção agrícola – nosso estado tem 22% da produção agrícola nacional –, acesso aos portos e aeroportos, deslocamento da população aos centros urbanos e de consumo e fomento ao turismo”.

O programa foi criado após amplo levantamento realizado pelo DER e serviu de base para a formação de uma nova matriz logística de São Paulo. A prioridade será para vicinais que ligam polos geradores de serviços e rodovias estaduais, além de estradas que dão acesso a municípios. O objetivo é que sejam investidos de R\$ 2,8 bilhões, entre recursos do Estado e financiamentos internacionais em obras de 224 estradas vicinais, totalizando 2.600 quilômetros de vias recuperadas.

Para que as obras sejam realizadas, é necessária a formalização de convênios entre o Governo do Estado e prefeituras. Os trâmites técnicos e a análise de documentação para celebração dos contratos estão a cargo do DER.

Após o convênio, o cronograma

de contratação das intervenções será programado e monitorado pelo DER, que concentrará esforços para que os serviços sejam realizados dentro do prazo estipulado e gere o menor impacto possível à população.

O programa Novas Vicinais foi desenvolvido com o objetivo estratégico de compor uma matriz logística rodoviária integrada no Estado. “Não basta termos as melhores rodovias do país. A proposta do Governo do Estado nesta gestão é melhorar toda a malha estadual paulista, incluindo as estradas vicinais”, explica João Octaviano.

O secretário afirmou que as vicinais têm papel relevante para a logística do Estado, já que colaboram para o escoamento agrícola, industrial e dão acesso às regiões turísticas. Com o programa, o transporte da produção agrícola ganhará agilidade e segurança em todas as regiões de São Paulo, além do incremento às economias regionais.



Prefeituras podem pedir ao DER as instruções para se cadastrar no novo programa

Cachoeira Paulista: “Projeto grandioso”



Prefeito Edson Mota, de Cachoeira Paulista

O município de Cachoeira Paulista é um dos primeiros a formalizar a parceria com o governo de São Paulo para receber melhorias em 40 quilômetros de estradas vicinais. “Temos a intenção de recuperar ainda mais vias urbanas e da zona rural até o fim do nosso mandato”, afirma o prefeito Edson Mota. “Este é um projeto grandioso que ficará marcado na história de Cachoeira Paulista, saindo do bairro da margem esquerda entrando pela estrada do Dourado e passando por todos os portos de areias até a divisa com a cidade de Canas, totalizando 8,2 quilômetros e mais 32 quilômetros,

começando no trevo da rodovia Dutra, que dá acesso a Canção Nova, sentido a estrada da Bocaina (Estrada Municipal Leonardo P. Ribeiro)”.

Neste trecho, será feito o recapeamento de todo asfalto existente e a pavimentação asfáltica até o bairro do São Miguel.

O prefeito Edson Mota ressalta que estas obras são graças ao plano do governo do Estado de São Paulo de recape as estradas vicinais. As obras são custeadas 100% pelo Estado, não sendo necessário ser utilizada nenhuma verba municipal. As obras devem começar ainda este ano.

São Paulo enfrenta o CORONAVÍRUS

O Governo do Estado de São Paulo está enfrentando a crise de pandemia, por causa do coronavírus, com ações rápidas de prevenção. As principais são: estão suspensas aulas em todas as escolas e faculdades públicas e foi pedido às escolas e faculdades particulares para que fechem também. Foi determinado para que todos os shoppings, cinemas, teatros e casa de shows permaneçam fechados e grandes eventos cancelados. Funcionários públicos acima de 60 anos devem trabalhar em casa. Cancelados todos os exames de mama da carreta que vai aos municípios contra o câncer.

Pode durar até 5 meses essa epidemia e os próprios médicos da coletiva já deixaram registrado que vai ter perdas sim, mas já estão fazendo isso para que diminua o número de mortes. Igrejas devem suspender cultos e missas. Estão sendo contratados médicos e alongados os horários de funcionamento dos postos de saúde em todas as cidades, inclusive a suspensão de férias na área da saúde.

Se houver abuso de preço em partes dos produtos de higienização como álcool gel e máscara é para denunciar. Diminuição de transporte público. Proibição de auditórios na televisão. Proibidas viagens a não ser se for por extrema urgência incluindo as internacionais.

A infecção pelo vírus Corona não causa resfriado com o nariz pingando ou tosse com catarro, mas uma tosse seca: esta é a coisa mais fácil de se saber. O vírus não resiste ao calor e morre se exposto a temperaturas de 26 a 27 graus: portanto, consuma, frequentemente, bebidas quentes, como chá, chá de ervas e caldo durante o dia ou simplesmente água quente: liqui-



Governador João Doria

dos quentes neutralizam o vírus e não é difícil de beber. Evite beber água gelada ou comer gelo, principalmente crianças. Exponha-se ao sol.

Quando o vírus é encontrado em superfícies metálicas, sobrevive por cerca de 12 horas. Portanto, ao tocar em puxadores, portas, eletrodomésticos, suportes em bondes, etc., lave bem as mãos e desinfete-as cuidadosamente. O vírus permanece em roupas e tecidos por cerca de 6/12 horas. Detergentes normais podem matá-lo. Para roupas que não podem ser lavadas todos os dias, se você puder expô-las ao sol o vírus morrerá.

Como se manifesta - O vírus primeiro se instala na garganta, causando inflamação e sensação de garganta seca. Este sintoma pode durar 3/4 dias. O vírus segue através da umidade nas vias aéreas, desce para a traquéia e instala-se no pulmão, causando pneumonia. Esta etapa leva cerca de 5/6 dias. A pneumonia ocorre com febre alta e dificuldade em respirar, não é acompanhada pelo frio clássico. Mas você pode ter a sensação de

se afogar. Neste caso, entre em contato com seu médico imediatamente.

A transmissão do vírus ocorre, principalmente, por contato direto, tocando tecidos ou materiais onde o vírus está presente. Lavar as mãos com frequência é essencial. Ele sobrevive apenas em suas mãos por cerca de dez minutos, mas em dez minutos muitas coisas podem acontecer: esfregar os olhos ou coçar o nariz, por exemplo, e permitir que o vírus entre na garganta.

Você pode gargarejar com uma solução desinfetante que elimina ou minimiza a quantidade de vírus que pode entrar na sua garganta: ao fazê-lo, você o elimina antes que ele desça na traquéia e depois nos pulmões. Desinfete o teclado do PC e celulares. O coronavírus pode não mostrar sinais de infecção por muitos dias, antes dos quais não se sabe se uma pessoa está infectada. Mas, quando você está com febre e/ou tosse, seus pulmões já estão com 50% de fibrose.

Os especialistas sugerem fazer uma verificação simples todas as manhãs: respire fundo e prenda a respiração por mais de 10 segundos. Se você completá-la com sucesso, sem tossir, sem desconforto, uma sensação de opressão, etc., isto mostra que não há fibrose nos pulmões, indicando nenhuma infecção. Em momentos tão críticos, faça essa verificação em um ambiente com ar limpo. Todos devem garantir que a boca e a garganta estejam úmidas, nunca seca. Beba alguns goles de água pelo menos a cada 15 minutos. Mesmo que o vírus entre na sua boca, a água ou outros líquidos o varrerão pelo esôfago e pelo estômago. Uma vez no estômago, o ácido gástrico mata todo o vírus.



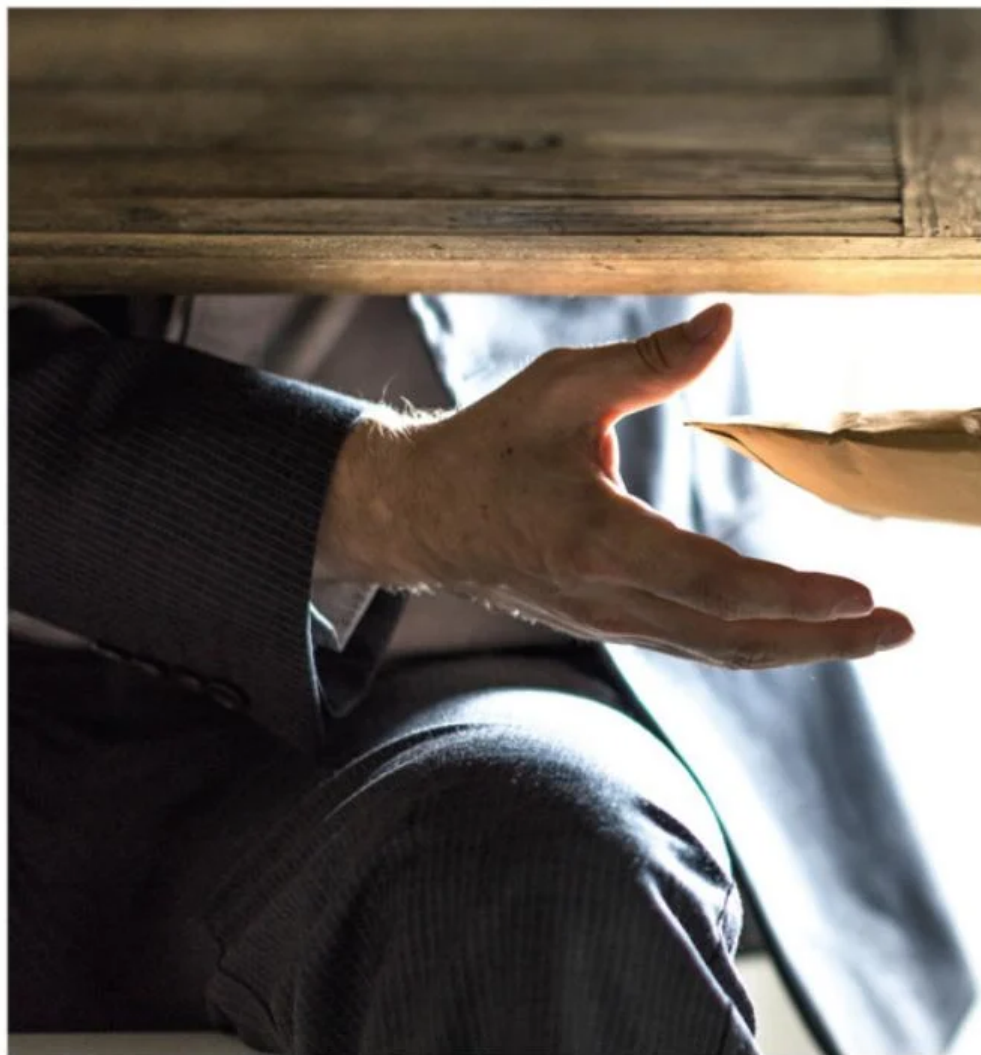
Entre os meses de março e maio será concluída a primeira etapa do projeto “Estratégia Nacional de Prevenção a Fraude e Corrupção”, criado por várias entidades de controle nacionais para estabelecer mecanismos de combate às irregularidades nos órgãos públicos. O Brasil é considerado o 4º país com maior grau de corrupção no ranking mundial e a ONU avalia em cerca de R\$ 200 bilhões ao ano as perdas decorrentes de esquemas ilícitos no País.

Esta frente de enfrentamento é resultado de uma parceria formada pelo Tribunal de Contas da União, Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI) e Instituto Rui Barbosa (IRB) para envolver os órgãos de controle no estabelecimento conjunto de uma Estratégia Nacional de Prevenção a Fraude e Corrupção.

Pioneiro no mundo, o projeto tem como principal objetivo mobilizar as instituições de controle e os gestores dos poderes executivo, legislativo e judiciário para que as entidades públicas brasileiras reduzam os níveis de ocorrência de fraude e corrupção aos índices de países desenvolvidos.

Na verdade, o combate à cor-

Lançado projeto para prevenir fra



rupção já conta com ferramentas à disposição dos órgãos de controle, a exemplo da Lei Anticorrupção, da Lei da Ficha Limpa e da Lei de Acesso à Informação. Mas, ainda assim, somente o uso desses mecanismos e as punições ocorridas não tem se mostrado suficientes para conter o avanço das irregularidades. Uma análise do Tribunal de Contas da União (TCU) ressalta

que a manutenção de algumas regras e estruturas ainda criam o ambiente propício a novos ilícitos.

A Estratégia Nacional de Prevenção a Fraude e Corrupção utiliza um método desenvolvido pelo TCU, o “Referencial de combate à fraude e à corrupção aplicável a órgãos e entidades da Administração Pública”.

O documento está estruturado

de controle ude e corrupção



em cinco mecanismos de combate à fraude e à corrupção: prevenção, detecção, investigação, correção e monitoramento, e foi desenvolvido com base em experiências do Government Accountability Office (GAO) dos Estados Unidos da América, do Australian National Audit Office (ANAO) da Austrália e do National Audit Office (NAO) do Reino Unido, dentre outros.

Mapeamento - A primeira fase do trabalho consiste em um mapeamento para aferir o grau de suscetibilidade a fraude e corrupção das organizações governamentais. Por meio de um questionário direcionado aos gestores públicos, será feito um diagnóstico das estruturas de prevenção, investigação, detecção e punição. O nível de suscetibilidade poderá ser considerado

aceitável, médio, alto ou muito alto, com base em critérios estabelecidos na metodologia.

O objetivo desta etapa, que será realizada entre março e maio de 2020, é identificar em que nível cada órgão/ente se encontra em relação às estruturas ideais de prevenção e combate a fraude e corrupção. Assim, será possível traçar metas e fornecer as ferramentas necessárias (orientação e treinamento, por exemplo) para que os entes participantes atinjam níveis adequados de integridade. A proposta é que a autoavaliação seja repetida a cada dois anos.

A segunda etapa é o momento da adoção de planos de providências, com cronogramas de implementação que contenham prazos e responsáveis e no acompanhamento da evolução do trabalho. Conduzida pelos próprios gestores, essa fase pretende estimular a criação de programas de integridade nas organizações participantes do projeto.

Por se tratar de um processo contínuo, o próprio gestor tem a possibilidade de promover as Boas Práticas, alimentar o sistema do projeto com as evidências que comprovem a implementação das iniciativas a qualquer momento, gerar relatórios atualizados on line, além de projetar metas para redução do nível de suscetibilidade a fraude e corrupção de sua instituição.

A metodologia adotada na Estratégia Nacional de Prevenção a Fraude e Corrupção foi testada em experiência piloto realizada no estado do Mato Grosso do Sul. Conduzido de forma conjunta por entidades de Controle Externo e Interno, o trabalho avaliou se as organizações públicas daquele estado possuíam estrutura de prevenção à fraude e à corrupção proporcional ao seu poder de compra/regulação.



Participação dos municípios é fundamental

Dr. Hamilton Caputo
Delfino Silva, secretário
do Tribunal de Contas
da União no Estado
de São Paulo

Como será conduzida essa estratégia nacional de prevenção à fraude e corrupção?

A estratégia será conduzida a partir da mobilização das instituições de controle, suas redes constituídas em cada estado da federação e gestores públicos dos três poderes e das três esferas em todo o país, sob a coordenação de equipe formada por representantes das instituições responsáveis pela iniciativa (TCU, CGU, Atricon e Conaci), encarregada de definir as diretrizes e assegurar a uniformidade na realização do trabalho em todo o território nacional.

Em um primeiro momento, será realizada uma avaliação, um diagnóstico do nível em que cada órgão ou entidade se encontra em relação às estruturas ideais de prevenção à fraude e corrupção. Após a avaliação, as organizações participantes disporão de informações sobre o que devem fazer para minorar sua suscetibilidade a ocorrência de casos de corrupção, e poderão então definir seus respectivos planos de ação, sendo-lhe disponibilizadas as ferramentas necessárias (orientação, treinamento e acompanhamento) para que atinjam os desejados níveis de integridade.

Qual a importância de os municípios aderirem a essa ideia?

A participação e efetivo engajamento dos municípios na estratégia é fundamental, pois é no município que as políticas públicas efetivamente se concretizam, e é onde o controle social pode de fato se manifestar. Sabemos também que muitos municípios são carentes de pessoal qualificado e de orientação nessa temática, portanto podem ser fortemente beneficiados ao ter acesso a um diagnóstico exclusivo e a um apoio substancial no estabelecimento de um plano que vise ao

fortalecimento das estruturas municipais no combate a fraude e corrupção.

Em São Paulo, quem está a conduzindo esse trabalho?

Aqui no Estado o trabalho está sendo conduzido pelo Fórum de Combate à Fraude e Corrupção do Estado de São Paulo (FOCCOSP), que deliberou pela constituição de Ação exclusivamente dedicada à Estratégia, da qual sou o coordenador. A Ação é composta por representantes de diversos órgãos de controle, entre eles a Controladoria-Geral da União, o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público Estadual, o Ministério Público de Contas, a Ouvidoria-Geral do Estado, a Procuradoria Geral do Estado, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, a Controladoria Geral do Município de São Paulo e as Controladorias dos Municípios de Guarulhos, Osasco, Santo André, São José dos Campos e Sorocaba. Entendemos que o trabalho articulado é mais eficiente para os órgãos de controle parceiros na realização do trabalho e também para os municípios, que, em um projeto como esse, responderão diretamente ao Fórum e não aos diversos órgãos que o compõem.

Como os municípios podem participar dessa estratégia?

O engajamento na iniciativa dar-se-á mediante a resposta ao questionário que medirá a suscetibilidade do município à fraude e corrupção, no período de março a maio de 2020. Veja que estamos falando em um mapeamento de riscos. Não se identificará onde a corrupção está acontecendo por meio desse questionário. Vamos fazer um diagnóstico das estruturas de prevenção, investigação, detecção e punição. Ter esse retrato será importante tanto para os órgãos de controle planejarem suas ações pedagógicas como para os gestores saberem de maneira clara como seu município está organizado nesse sentido e poderem programar os próximos passos.

É importante destacar que os resultados do diagnóstico serão reve-

lados somente de forma agregada, ou seja, não haverá, de forma alguma, divulgação de resultados individuais, nem tampouco qualquer tipo de ranking das instituições participantes. Todos podem estar seguros quanto a isso. Ademais, o anúncio dos resultados será feito apenas em novembro-dezembro de 2020, após as eleições municipais, de forma que o gestor eleito iniciará o mandato sabendo qual a situação do município e poderá atuar durante sua gestão para modificá-la positivamente.

Quais as vantagens de os municípios aderirem ao trabalho?

Os municípios que aderirem ao trabalho estarão, na verdade, ganhando uma “consultoria gratuita” para estruturação de mecanismos de prevenção e combate à corrupção. Atualmente há opções oferecidas no mercado a um custo alto, que não pode ser arcado por grande parte dos municípios. Os municípios que responderem ao questionário terão um relatório individual e sigiloso com todos os seus pontos fortes e fracos em termos de prevenção e combate à corrupção. Assim, poderá fortalecer o que precisa ser fortalecido e corrigir o que precisa ser corrigido. Um município com boas práticas de integridade garante uma tranquilidade ao gestor sério. Se o gestor pode contar com boas linhas de defesa em sua gestão, como, por exemplo, com um controle interno preparado e atuante, ele não precisará se preocupar com ações de órgãos de controle. Pelo contrário, ele verá os órgãos de controle como aliados na melhoria contínua de sua gestão.

Se determinado município for identificado no diagnóstico com “nível alto de suscetibilidade à fraude e corrupção”, o que será feito?

Em verdade, é até esperado que boa parte dos municípios se enquadre no nível alto de suscetibilidade, porque hoje o investimento em medidas de prevenção ainda é muito pequeno nas organizações públicas do nosso país. No Mato Grosso do Sul, por

exemplo, onde foi realizado o piloto deste trabalho, 90% dos municípios apresentaram o nível alto ou muito alto de suscetibilidade.

A classificação nessa faixa sinalizará para o gestor a urgência e importância da adoção das melhores práticas de prevenção, e funcionará como um marco zero para a municipalidade, que terá à sua disposição ferramentas e treinamentos para se estruturar e alcançar um nível melhor na próxima rodada de auto avaliação, que será feita de dois em dois anos. Ou seja, o gestor disporá de um instrumento que evidenciará as mudanças por ele implementadas.

Qual a sua visão de futuro em relação aos impactos desse programa?

Sou muito otimista, pois percebo que estamos fazendo um trabalho de base, uma ação coordenada a nível nacional que propiciará a integração das diversas iniciativas de prevenção e combate a corrupção no setor público, com expressa previsão de continuidade ao longo do tempo. Isso sem falar no fato de que possibilitará um diagnóstico amplo sobre o tema, algo que nunca foi feito antes. Acredito que se investirmos na prevenção, que é o controle mais barato e mais efetivo, poderemos mudar a realidade do país. Se engajarmos gestores e órgãos de controle, medindo resultados e atuando sobre os pontos frágeis, em alguns anos estaremos figurando em posições muito melhores nos rankings internacionais de combate à corrupção.

Como será a realidade dos municípios que se organizarem para as boas práticas de integridade pública?

Serão municípios em que o prefeito e sua equipe poderão realizar um trabalho de qualidade, com foco nas necessidades reais da população. Poderão executar os recursos com tranquilidade, pois terão consciência de que possuem estruturas adequadas para impedir fraudes ou desvios. E quem sairá ganhando, ao final, será a população local



A proposta de extinção de municípios e as cláusulas pétreas da Constituição Federal

No final de 2019, o Governo Federal apresentou ao Congresso Nacional as linhas de uma nova reforma do Estado, denominada Plano mais Brasil.

O pacote de medidas inclui três propostas de emenda à Constituição. Um desses projetos (PEC 188 – assinada pela base governista no Senado) carrega novidades quanto ao aprimoramento da gestão fiscal, descentralização e desvinculação de receitas. Prevê, em paralelo, a pretexto de remodelagem do pacto federativo, a extinção de Municípios com menos de 5000 habitantes (censo de 2020) que, até junho de 2023, não comprovarem sua sustentabilidade financeira. A CNM (Confederação Nacional de Municípios) estima que, se aprovada, a medida pode atingir 1217 Municípios brasileiros.

A iniciativa comporta análises multifatoriais. Neste artigo vamos nos limitar ao exame da constitucionalidade material da proposta.

O projeto de emenda constitucional toma por auto sustentável o Município cujo produto da arrecadação de impostos próprios (IPTU + ITBI + ISS) corresponder a, no mínimo, dez por cento da sua receita. As unidades que não conseguirem comprovar sua sustentabilidade serão incorporadas, a partir de 2025, ao Município vizinho (limítrofe) mais rico, independentemente de consulta às populações interessadas, estudos de viabilidade econômica ou lei estadual.

A proposta, a par das inconsistências formais, fiscais, financeiras e sociais, é impregnada de vícios de





inconstitucionalidade e colide não com uma, mas com as quatro cláusulas pétreas insculpidas, de forma expressa, no art. 60, § 4º, da Lei Maior. Cláusulas pétreas são temas intangíveis, sobre os quais não se admitem reformas.

Diga-se, de saída, que propostas de emendas à Constituição submetem-se, como as leis, ao plexo de controle de constitucionalidade das normas. As limitações que atingem o poder constituinte reformador

obrigam a estrita observância de condicionamentos formais, circunstanciais e materiais.

Não se trata de novidade no Brasil. Em diversas oportunidades a Suprema Corte declarou a invalidade de dispositivos de emendas constitucionais produzidas na vigência da atual Constituição.

A PEC 188 quer acrescentar o art. 155 ao ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). O dispositivo vale-se do eufemismo “incorporação” para decretar a extinção de pessoas jurídicas de direito público. Na comparação com a pessoa física, isso equivale à morte de um Município. O ente incorporado perderá a sua identidade própria, o seu nome, o seu território, a sua população etc. Tudo isso passará a integrar o incorporador, o que raramente representará vantagens econômicas e sociais para ambos.

A federação brasileira compreende a união indissolúvel de Estados, Municípios e DF (cf. art. 1º, CF). Esta é a forma federativa, *sui generis*, do Estado brasileiro. Os Municípios são entes federativos dotados de autonomia. Tal atributo,

pontilhado com a mesma intensidade nos Estados, DF e União (cf. art. 18, CF), não tem caráter absoluto. Todavia, é a força motriz de criação, organização, governo e manutenção dos entes federados e federativos. Logo, aloja-se no coração do princípio federativo e qualquer proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado é materialmente atentatória à Constituição (1ª cláusula pétrea).

A proposta também hostiliza o princípio democrático (consubstanciado pelo voto direto da população – 2ª cláusula pétrea) e o princípio da separação de poderes (3ª cláusula). Ao primeiro, porque impõe a aniquilação de Municípios sem sequer ouvir a sua população, como se o único valor em jogo, razão de sua existência, fosse o fator econômico. A consulta popular para a fusão, cisão ou desmembramento de Municípios é exigida desde a redação originária do art. 18, da Constituição vigente. Por óbvio, quando o que se pretende é mais do que isso (extinguir), afigura-se inarredável o plebiscito, sob pena de menoscabo à democracia.

A proposta atropela o princípio democrático, ainda, ao dispensar a deliberação dos representantes estaduais, os mesmos que criaram, por lei, a unidade em vias de extinção. Desdenha, com igual intensidade, os poderes municipais constituídos. Representantes genuínos do povo e respectivas estruturas administrativas são obrigados a assistir, silentes e desarmados, ao fenecimento de tudo aquilo pelo qual lutaram por décadas.

Por fim, a PEC 188 trata as comunas municipais como simples unidades de geração de receitas próprias, esquecendo-se de que são as bases seguras de consolidação dos direitos e garantias individuais (4ª cláusula pétrea). É nelas que se espalmam a história das famílias, sua identidade

cultural, conquistas, instituições, monumentos, biodiversidade, seus núcleos de proteção da saúde e de promoção da educação. Arbitrariamente incorporada a um Município vizinho, a unidade dissolvida deverá aguardar anos, talvez décadas, no turbilhão próprio da acomodação das novas cargas, para ver o reconhecimento e a valorização dos interesses básicos de sua população e de seu patrimônio. O acervo cultural sofrerá perdas irreparáveis. A demanda por educação e saúde suportará as consequências da demora de ajustes e adaptações. Servidores públicos experimentarão longos períodos de desemprego ou de desorientação sob os novos comandos. Municípios incorporadores empobrecerão ao receberem ônus e compromissos incompatíveis com os bônus gerados pelo incremento de receita. Em todos os casos, haverá clara depreciação de direitos e garantias individuais!

O Governo afirma que a PEC “desindexa, desobriga e desvincula”. No que tange à extinção de Municípios, também pisoteia a Constituição, desnorteia e empobrece. E os mais humildes é que pagarão a conta.

Cabe ao Congresso Nacional, protagonista da reforma, sopesar com cautela e afastar com coragem essa excrecência introjetada na PEC 188, seja para preservar os interesses dos Municípios e da população, seja para prestigiar os verdadeiros valores do pacto federativo que se pretende refundir.

Dr. Raul de Mello Franco Jr. é promotor de Justiça (MPSP) e professor universitário. Mestre e doutor em Direito Público (raul@mpsp.mp.br).

A importância da Ouvidoria nos Municípios e sua parceria com a Ouvidoria do MPSP

O princípio da transparência na administração pública decorre do Estado Democrático de Direito, previsto na Constituição Federal, que afirma que “a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito” e tem como um de seus fundamentos a cidadania.

E somente existirá democracia se houver transparência na administração pública.

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) trouxe como diretriz a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção (art. 3º, inc. I).

Complementando o Acesso à Informação, a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 dispôs sobre “participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública” e determinou, v.g., que “com periodicidade mínima anual, cada Poder e esfera de Governo publicará quadro geral dos serviços públicos prestados, que especificará os órgãos ou entidades responsáveis por sua realização e a autoridade administrativa a quem estão subordinados ou vinculados” (art. 3º) e que “os serviços públicos e o atendimento do usuário serão realizados de forma adequada, observados os princípios da regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia” (art. 4º).

A Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 também assegurou aos usuários de serviços públicos o direito a

adequada prestação dos referidos serviços (art. 5º, caput).

Logo, para o cumprimento das referidas leis - de acesso à informação e de proteção e defesa dos usuários de serviços públicos -, necessário que o Município seja dotado de um órgão independente, que possa receber, examinar e dar o encaminhamento de todas as manifestações enviadas pelos cidadãos.

Esse Órgão, à evidência, é a Ouvidoria, que deve ser incumbida de receber, examinar e encaminhar reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informação e sugestões dirigidas ao Município, além de informar o interessado sobre o resultado de sua manifestação.

Importante ressaltar que Ouvidoria eficiente é sinônimo de credibilidade, pois mostra aos cidadãos do Município que o Gestor se importa com a opinião deles e que busca a melhor prestação do serviço público.

E engana-se quem afirma que a instalação da Ouvidoria acarretaria um custo a mais para o Município, principalmente os de pequeno porte. Na verdade, ela representa a efetivação do princípio constitucional da eficiência. Explico:

Imagine uma grande empresa com 30 profissionais em áreas diversas, com telefones individualizados, mas sem uma telefonista; a cada ligação errada para um desses profissionais obrigaria ele a parar o que estava fazendo para redirecionar essa ligação para o profissional certo, com evidente prejuízo para a produção. Já com a contratação de uma

telefonista com a devida capacitação não haveria encaminhamento de ligações equivocadas e nem prejuízo para a produção.

Assim, a contratação da telefonista não representa um aumento de custo, mas sim, de eficiência.

Essa mesma situação ocorre com os Municípios que contam com órgãos e secretarias diversas, desconhecidos por grande parte da população. É o Ouvidor Municipal, independente e capacitado, que será responsável por receber, examinar e encaminhar as manifestações dos cidadãos, evitando a necessidade de se manter atendimento individual em todos os órgãos e secretarias.

Importante notar que nos pequenos Municípios a Ouvidoria – instrumento de cidadania – acaba sendo o único canal de comunicação entre o cidadão e o governo, permitindo a este reavaliar sua administração, inclusive com mudança de rota, se necessário, deixando, v.g., de reformar uma praça para construir uma





creche ou um hospital.

E por ser o Ouvidor Municipal o representante do cidadão perante a Administração Pública, ele deve ser independente (não precisa de autorização superior para dar andamento à manifestação apresentada), acessível (está sempre presente para atender o cidadão pessoalmente, por carta, por e-mail, por telefone, pela internet etc.), resolutivo (procura analisar a manifestação com foco a dar uma solução ao cidadão), capacitado (conhecedor do funcionamento da administração pública municipal), imparcial e atento a tudo que ocorre na cidade, sempre com o objetivo de desburocratizar e melhorar a qualidade do serviço público prestado.

Aliás, o crescimento do número de demandas para o Ouvidor é proporcional ao aumento da burocracia imposta ao cidadão no Município.

Mas pode ocorrer que a manifestação do cidadão questionando, v.g., a prestação de um serviço público

pelo Município, seja dirigida à Ouvidoria do Ministério Público de São Paulo (MPSP). Neste caso, se tal Município não contar com Ouvidoria parceira, tal manifestação acabará sendo encaminhada ao Promotor de Justiça da comarca, para que venha a tomar as providências necessárias.

Daí porque a Ouvidoria do Ministério Público de São Paulo propõe a todos os Municípios do Estado a celebração de parceria, com a formação de uma Rede de Ouvidorias, visando facilitar e agilizar a tramitação e resposta das manifestações, de forma a propiciar a participação popular no processo de otimização e aperfeiçoamento da gestão pública, bem como na prática do controle social, consolidando, assim, o exercício da cidadania e a democracia deliberativa.

Além disso, o Ouvidor do Município poderá alertar o Prefeito para o caso de a missão, os valores e as diretrizes fixados anteriormente não estarem sendo cumpridos.

Importante observar que a independência da Ouvidoria Municipal não interfere na autonomia do Município porque, com exceção do inves-

timento mínimo com saúde - art. 7º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 - e educação - CF, art. 212, caput - e o gasto máximo com pessoal - LRF, art. 19, inc. III -, a aplicação do orçamento público é de responsabilidade exclusiva do chefe do Poder Executivo Municipal. Mas a experiência obtida com a Rede de Ouvidorias dos Municípios acabará fornecendo ao Alcaide um rol de Boas Práticas que, eventualmente, poderá ser aplicado na cidade.

Por fim, importante destacar a atuação da Associação Paulista dos Municípios (APM) na busca pela aproximação entre os Municípios Paulistas e o Ministério Público de São Paulo, com o objetivo de atender de forma imediata as questões envolvendo a Municipalidade e o cidadão, de forma simples e direta, sem impor a este qualquer ônus desnecessário, sendo, portanto, parceira da Ouvidoria do MPSP.

Assim, a Ouvidoria do Ministério Público de São Paulo aguarda que todos os Municípios do Estado, por meio de parceria, venham a integrar essa Rede de Ouvidorias, com o objetivo de melhor atender os interesses da sociedade.

¹Cidadania é a permissão atribuída a um cidadão para exercer os seus direitos e garantias de natureza civil, política e social. Exercer a cidadania é garantir que todos esses direitos sejam colocados em prática através do povo de uma determinada região (extraído do site: www.educamaisbrasil.com.br/enem/geografia/cidadania).

²Neste ponto se equipara ao ombudsman, que seria o órgão público encarregado de fiscalização do Poder (De Plácido e Silva, in *Vocabulário Jurídico*, 32ª edição, Editora Forense, p. 986). O Ouvidor é o representante do cidadão, o responsável por fazer a mediação entre este (cidadão) e o Poder Público.

Gilberto Nonaka é Procurador de Justiça, Ouvidor do MPSP.

Levantamento mostra que muitos municípios não conseguem arrecadar nem para se m

Está muito difícil a situação fiscal dos municípios paulistas, segundo levantamento do Tribunal de Contas do Estado. A maioria das cidades corre o risco de não atingir a meta de arrecadação; 396 municípios, ou seja, 61% do total de 645, arrecadaram menos do que foi previsto

Pesquisa divulgada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal 2019), aponta que 34,8% dos municípios no Brasil não se sustentam por seus próprios meios. Segundo esse estudo, 1856 prefeituras gastaram 4,5 milhões em 2018 com despesas administrativas, incluindo pessoal, porém essas prefeituras geraram apenas 3 milhões de receitas próprias.

O trabalho da FIRJAN demonstrou também que três em cada quatro municípios estão em situação fiscal difícil ou crítica; cerca de 50% das prefeituras gastam mais da metade do orçamento para pagar o funcionalismo e, de 2013 a 2018, os gastos com pessoal dos municípios cresceram 29 bilhões, enquanto os investimentos encolheram 10 bilhões.

Levantamento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo relacionado ao período de janeiro a agosto de 2019 expõe uma situação fiscal difícil sobre os municípios paulistas: a maioria corre o risco de não atingir a meta de arrecadação; 396 municípios, ou seja, 61% do total de 645, arrecadaram menos do que foi previsto; 75 prefeituras não prestaram informações no prazo e podem ser punidas; apenas 6 municípios estão com as contas em ordem e não receberam

notificação; quase a metade das prefeituras já gastou em excesso com pessoal.

Essa situação crítica das contas públicas é revelada também no julgamento das contas a cargo dos Tribunais de Contas. No Estado de São Paulo, por exemplo, levantamento do TCE-SP realizado a partir das contas dos exercícios de 2013 a 2016, revelou que a desaprovação das contas dos Prefeitos cresceu 120%. Em 2013, 19% dos Prefeitos tiveram suas contas reprovadas e, em 2016, o percentual subiu para 41%.

No primeiro ano de gestão municipal relativo ao exercício de 2017, o estudo Tribunal de Contas demonstrou que cerca de 25% das Prefeituras Paulistas tiveram suas contas reprovadas, isto é, 163 das 644 cidades receberam pareceres desfavoráveis.

Atento a esse cenário e buscando contribuir com o fortalecimento da gestão dos municípios, o Instituto Phorte de Educação - IPE, reconhecida instituição de ensino sediada em São Paulo, e o Instituto Brasileiro de Contas Públicas - IBContas, composto por especialista na área de contas públicas, criaram o Boletim de Contas Públicas.

O Boletim de Contas Públicas é um periódico eletrônico que veicula informações relevantes a partir

dos julgamentos realizados pelos Tribunais de Contas do país e também de atos aprovados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que tenham reflexos nas contas públicas.

Cada Boletim é elaborado por professores com ampla vivência teórica e prática na matéria, e procura identificar o problema relacionado ao comportamento das contas públicas, apresentando um verdadeiro diagnóstico por meio de explicação didática, compreendendo informações como identificação da decisão ou do ato que afeta a conta pública; definição do público-alvo que precisa conhecer o assunto; o efeito imediato sobre a prestação de contas; reflexos nas contas públicas, além de ações preventivas ou corretivas a serem implementadas pelos gestores. Tudo isso acompanhado de um

pios anter

fessores especializados em cada um dos temas e que as decisões sejam trabalhadas com o mínimo tempo possível após a sua publicação, garantindo a efetividade e a tempestividade da informação.

O Boletim de Contas Públicas permite o acesso a uma plataforma com disponibilização de diversas informações de interesse da Administração Pública relacionadas à temática das Contas Públicas, possibilitando também a formulação de questionamentos por escrito no formato de consultas sobre dúvidas relacionadas a esse assunto.

A formulação de cada consulta é realizada por meio de um Portal de Dúvidas disponível na plataforma, o questionamento é submetido a um consultor, que irá esclarecer por escrito a indagação realizada.

Para saber mais sobre o Boletim de Contas Públicas acesse o site www.boletimdecontaspublicas.com.br.

Além dos Boletim de Contas Públicas, a parceria entre os dois Institutos também viabilizou o lançamento de 10 cursos, oferecidos nas modalidades presenciais e/ou à distância, que, sucintamente, descrevemos nas linhas abaixo:

Gestão e fiscalização dos contratos administrativos -

Objetivo do curso: Aperfeiçoar os participantes mediante uma abor-

dagem ampla dos procedimentos necessários para uma eficiente gestão contratual, discutindo-se situações práticas verificadas pelo gestor e fiscal dos contratos administrativos. Público-alvo: Servidores responsáveis pela fiscalização e/ou gestão de contratos administrativos.

Último ano de mandato – regras fiscais e eleitorais -

Objetivo do curso: Apresentar os principais assuntos que afligem a gestão pública municipal no último ano de mandato, compreendendo o planejamento e a boa execução financeira e orçamentária. Público-alvo: Prefeitos, secretários, gestores, presidentes de câmaras municipais, vereadores, assessores, controladores, servidores públicos, equipes de transição de governo e demais interessados na temática.

Estruturação de controladoria interna -

Objetivo do curso: Apresentar os principais conceitos que envolvem a estruturação de uma controladoria interna. Público-alvo: Servidores e gestores que atuam em unidades de controle interno e demais servidores que tenham interesse pela capacitação.

Formação de auditores de controle interno -

Objetivo do curso: Apresentar os principais conceitos que envolvem as funções de controle interno de forma aplicada, com ênfase na atividade de auditoria governamental. Público-alvo: Servidores e gestores que atuam em unidades de controle interno, e demais servidores que tenham interesse pela capacitação.

Lei de responsabilidade fiscal -

Objetivo do curso: Apre-

vídeo explicativo em linguagem simples de fácil entendimento.

A curadoria de conteúdo dos Boletins de Contas Públicas é realizada com o apoio de um sistema de inteligência artificial, que identifica os documentos públicos emitidos pelos diversos órgãos da Administração de maneira automática, utilizando para tanto as mais modernas técnicas de análise de dados.

O sistema identifica as irregularidades responsáveis pela reprovação das contas que revelam os pontos críticos da gestão pública, seleciona os temas de maior interesse para o projeto e faz o direcionamento ao professor especialista da matéria.

Esse processamento permite que os Boletins de Contas Públicas sejam sempre elaborados por pro-



Prof. Moacir Marques, do Instituto Brasileiro de Contas Públicas - IBContas



Prof. Fabio Mazzone do Instituto Phorte de Educação - IPE

sentar e analisar o sistema de gestão fiscal implantado no país a partir da edição da Lei Complementar no 101/2000. Público-alvo: Servidores e gestores que tenham interesse pela capacitação.

Gestão de parcerias com a Sociedade Civil - Objetivo do curso: Oferecer instrumentos e diretrizes que auxiliem servidores na modelagem de estruturas públicas organizacionais voltadas à implementação de gestão de parcerias com organizações da sociedade civil à luz do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) – Lei Federal 13.019/2014, considerando todas as etapas de uma parceria.

Público-alvo: Agentes políticos, servidores públicos municipais, gestores de parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e membros de comissões de monitoramento e avaliação.

Formação de pregoeiro - Objetivo do curso: Capacitar o servidor para o exercício das atividades de pregoeiro, apresentando todos os aspectos que envolvem o procedimento licitatório, desde o início do processo administrativo

até a sua homologação.

Público-alvo: Pessoal responsável pela operacionalização das etapas da licitação na modalidade pregão.

O novo pregão eletrônico – decreto no 10.024/2019 - Objetivo do curso: Capacitar os participantes mediante a apresentação dos principais aspectos normativos e práticos do Decreto no 10.024, de 2019, em especial quanto ao novo sistema de pregão eletrônico.

Público-alvo: Responsáveis pela área de compras de órgãos e entidades municipais e estaduais com recursos federais.

A nova lei de licitações - Objetivo do curso: Apresentar os procedimentos introduzidos pela nova lei de licitações, destacando as alterações em relação à legislação anterior.

Público-alvo: Membros das comissões de licitações e demais interessados pela temática.

A nova contabilidade pública - Objetivo do curso: Apresentar e analisar os procedimentos introduzidos pelas Normas Nacionais e Internacionais de Contabilidade aplicadas ao setor público. Público-alvo: Profissionais que demandam conhecimento de contabilidade pública.

Além dos cursos, e decorrentes deles, as consultorias e as assistências online serão outros produtos que a equipe do Boletim de Contas Públicas poderá oferecer à sociedade brasileira.



Vereador Tuma Júnior, presidente da Câmara dos Vereadores do Município de São Paulo e a equipe técnica do Boletim de Contas Públicas



Governo de SP antecipa repasse de R\$ 1,1 bilhão de ICMS aos municípios

O governador de São Paulo, João Doria, antecipou para o dia 30 de dezembro de 2019 a transferência de R\$ 1,1 bilhão em repasses de ICMS para os 645 municípios do Estado, o que permitiu às prefeituras manter a regularidade fiscal e os pagamentos de suas contas em dia neste ano, como fornecedores e o 13º salário dos servidores municipais. “Os municípios paulistas reconhecem a sensibilidade do Governador Doria e seu espírito municipalista, com esta decisão de antecipar o repasse do FPM do ICMS”, agradeceu o presidente da Associação Paulista de Municípios, Carlos Cruz, que dias antes enviou ofício ao governador Doria, ao vice-governador Rodrigo Garcia, secretário da Fazenda, Henrique Meirelles e ao secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, apelando para a antecipação em nome das cidades paulistas.

“Na verdade, o alerta para este problema foi dado pela diretora da Agencamp, Ester Viana, que me ligou e falou da preocupação dos prefeitos com a necessidade deste repasse para fechamento das contas e da falta que faria se não houvesse uma antecipação pelo governo do Estado”, explicou o presidente da APM.

No ofício às autoridades, Cruz ressaltou que a última cota da parcela do ICMS de 2019 cairia no dia 31 de dezembro. Porém, esta data era feriado bancário e, portanto, o dinheiro estaria liberado somente no dia 2 de janeiro de 2020, já em novo ano fiscal. “Fiz o pedido para que neste ano ocorresse o repasse antecipado e dessa forma permitisse aos prefeitos saudar os compromissos dentro do ano fiscal e fechar suas contas no azul”, explicou o presidente da APM.

Em vídeo gravado e voltado aos

prefeitos, o governador João Doria disse que sua gestão é municipalista e o adiantamento seria possível graças à austeridade. Os repasses aos municípios são liberados de acordo com os respectivos Índices de Participação dos Municípios, conforme determina a Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Em seu artigo 158, inciso IV está estabelecido que 25% do produto da arrecadação de ICMS pertence aos municípios, e 25% do montante transferido pela União ao Estado, referente ao Fundo de Exportação (artigo 159, inciso II e § 3º).

Os índices de participação dos municípios são apurados anualmente (artigo 3º, da LC 63/1990), para aplicação no exercício seguinte, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, com alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/93.



Presidente do Conselho da Uvesp é homenageado na Assembleia Legislativa

O presidente do Conselho da União dos Vereadores (Uvesp), Sebastião Misiara, recebeu homenagem da Assembleia Legislativa de São Paulo, dia 5 de março, por seus 50 anos de dedicação à causa municipalista. Na oportunidade foram comemorados também os 50 anos de existência da Uvesp. A iniciativa foi do deputado Itamar Bor-



Misiara agradece homenagem

ges e a solenidade reuniu vereadores, prefeitos, vice-prefeitos, secretários e autoridades de todo o Estado de São Paulo.

Durante a cerimônia, Misiara recebeu 21 honrarias, entre Títulos de Cidadão Honorário, Honra ao Mérito, Moção de Congratulações e Moção de Aplausos, além de uma medalha em nome dos 645 municí-

pios paulistas, uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, sua Padroeira e Santa Protetora, e uma Placa do Cedro do Líbano, país de origem do homenageado.

Participaram do evento, o deputado federal Herculano Passos; o presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Dr. Edgard Camargo Rodrigues; o secretário da Justiça, Paulo Dimas Mascaretti; a presidente do CEAME, Dalva Cristhfoletti Paes da Silva; o procurador-geral do Ministério Público de Contas, Dr. Thiago Pinheiro Lima; o procurador-secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Carlos Cosenzo; a presidente executiva da Uvesp, Silvia Melo; o presidente do GCSM – Global Council Salles Marketing, Agostinho Turbian; o presidente



Secretário de Justiça, Paulo D. Mascaretti

da Academia Árabe de Letras, Dr. Khaled Mahassun; o secretário municipal da Casa Civil em exercício, Júnior Fagotti; o secretário-diretor geral do Tribunal de Contas, Sérgio Ciquera Rossi, entre outras autoridades. Representando a Associação Paulista de Municípios esteve o presidente do Conselho Deliberativo da entidade, Arquvirque Antonio Nholla.

As placas de homenagem ao presidente do Conselho da Uvesp foram entregues por representantes dos municípios de Itanhaém, Ibitinga, Igarapu do Tietê, Promissão, Ibirá, Assis, Pedro de Toledo, Rincão, Estiva Gerbi, Uchôa, Tambaú, Urupês, São Carlos, Engenheiro Coelho, Porto Ferreira, Aparecida, Taquaritinga, Santo Antônio do Jardim, Monte Azul Paulista, Caconde, Caraguatatuba, Três Fronteiras e São José do Rio Preto.

Ao lado do presidente do TCE, integraram a mesa solene o deputado Itamar Borges, proponente da homenagem; o deputado federal Herculano Passos; o secretário de Estado da Justiça e Cidadania, Paulo Dimas Mascaretti; e a presidente do Centro de Estudos e Apoio aos Municípios e Empresas Dalva Christofoletti Paes da Silva.



Representantes de duas dezenas de municípios também prestaram homenagem a Misiara

Em suas palavras, o presidente do TCESP, Edgard Camargo Rodrigues, em nome do Colegiado, parabenizou o homenageado e destacou a importância de seu trabalho em prol do municipalismo no Estado. “Todos sabemos do valor de suas atividades. É uma pessoa especial para todos nós, pois transmite o otimismo, apesar de todas as dificuldades que possa ter enfrentado. Você não tem currículo, você tem história”, pontuou o presidente.

terracom[®] 50 Anos



Há meio século fazendo o melhor

Limpeza Urbana
Obras de Engenharia
Pavimentação
Gestão de Serviços Públicos
Concessões de Saneamento/Aeroportos



www.terracom.com.br



CONSEGS

Consegs registram bons resultados

Os CONSEGs, criados por meio de um Decreto Estadual de 1985, pelo então governador André Franco Montoro, conferem o direito da população de se encontrar face a face com os chefes de polícia de sua região, onde podem ouvir esclarecimentos, apresentar sugestões, solicitações, elogios e desenvolver campanhas e projetos com o objetivo de alcançar melhoria de qualidade de vida e segurança da comunidade.

Regulamentada pela Resolução SSP N° 013/2018, cada Conselho é uma entidade de apoio à Polícia Estadual nas relações comunitárias, e se vinculam, por adesão, às diretrizes emanadas da Secretaria de Segurança Pública, por intermédio da Coordenadoria Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança, que tem por seus representantes institucionais em cada

CONSEG, o Comandante da Polícia Militar da área e o Delegado de Polícia Titular do correspondente Distrito Policial.

Sua legitimidade tem sido reconhecida pelas várias esferas de Governo e por institutos independentes, o que permite afirmar que os CONSEGs representam, hoje, a mais ampla, sólida, duradoura e bem sucedida iniciativa de Polícia orientada para a comunidade em curso no Brasil.

Os CONSEGs tem sido um verdadeiro sucesso! E neste ano, em que completa 35 anos de criação, fará, no dia 06 de maio de 2020 às 19h00, uma grandiosa celebração na renomada Sala São Paulo, situada na Praça Júlio Prestes, 16 – Luz – São Paulo/SP. O evento conta com a presença dos nossos valerosos conseqüinos e diversas autori-

dades de Governo, Polícia e civis.

No mesmo mês, de maio, por ocasião de que, no dia 10 é o aniversário dos CONSEGs, foi instituída a Lei 16.086/16, que recebe o nome de Semana da Cidadania e Segurança e tem como objetivo incentivar um período, que compreende uma semana, e para cada dia estabelecer um ciclo de palestra em diversas regiões com temas que envolvam e aproximem a sociedade. Ao final da Semana da Cidadania e Segurança, contemplaremos as ações com a Sessão Solene que acontecerá no dia 11 de maio de 2020 às 10h00 na Assembleia Legislativa de São Paulo – ALESP.

A Coordenadoria tem grande alegria em recebê-los e, assim, marcamos juntos os 35 anos dos CONSEGs, “a força da cidadania na Segurança pública”!



O combate mundial ao uso de drogas comemorado no Brasil

O Tráfico de Drogas é o efeito, sendo o uso dessas substâncias a causa que o alimenta.

Dessa forma, o mundo todo se mobilizou no sentido de atacar a mola propulsora do pernicioso tráfico de drogas, sendo que a ONU-Organização das Nações Unidas, escolheu o dia 26 de junho como o Dia Internacional de Combate às Drogas, com eventos e comemorações em todos os países. No Brasil, o Ministério da Cidadania lançou uma campanha nacional de prevenção ao uso de drogas, voltada especialmente para os adolescentes entre 14 e 18 anos, cujas peças publicitárias têm o objetivo de sensibilizar os jovens sobre os males causados à saúde física e mental, além de conscientizá-los sobre as melhores escolhas para um futuro promissor.

Com o lema "Você nunca será livre se escolher usar Drogas", a campanha começou em 2019 num momento de grave crise causada pelas drogas no Brasil, cuja epidemia sempre vem acompanhada de muita violência e crimes diversos.

A Coordenadoria Estadual dos CONSEGS- dirigida por Evaldo Roberto Coratto, também tem contribuído nessas ações governamentais, através de palestras preventivas contra o uso de substâncias psicotró-

picas, ministradas pelo Delegado de Polícia - Nelson Munhoz Soares, sempre presente com sua equipe - Silvio Ferreira e Ana Paula Oliveira, em diversas localidades do Estado de São Paulo.

Tendo em vista a enorme importância do tema, os Presidentes dos CONSEGS de Jundiaí-José Henrique Coelho (CONSEG Barão de Jundiahy), Andrea B. dos Santos (CONSEG Jundiaí Leste), Dirceu F. Cardoso (CONSEG Jundiaí Japi), Kátia Belli Bordinasso (CONSEG de Jarinú) e Solange Aparecida de Lima (CONSEG de Itatiba), estão organizando um grande evento no

próximo dia 25 de março, no qual o Delegado de Polícia - Nelson Munhoz irá proferir palestra no sentido de formar agentes multiplicadores de informações.

Nesse encontro, com a participação de policiais civis, militares e guardas municipais, serão abordados temas diversos das 09:30 horas até às 16:00 horas, podendo haver debates e esclarecimentos de dúvidas sobre o assunto, inclusive com informações inusitadas sobre as drogas novas que estão surgindo na Europa, Ásia, Estados Unidos e outros países, como a Monkey Dust, o 25BNBome e a JWH-018.





São Paulo - Capital da Cultura Inclusiva

São Paulo é a Capital Nacional da Cultura e uma das maiores capitais culturais do mundo!

A gestão Bruno Covas, com seu compromisso de governar para quem mais precisa, também merece o título de Capital Nacional da Cultura Inclusiva, pela ampliação das ações culturais voltadas aos municípios e aos brasileiros com deficiência que desejam desfrutar essa metrópole internacional.

Nesse contexto, primordial o fato de São Paulo ser a cidade com a infraestrutura mais acessível do país. Calçadas, transportes, serviços públicos, hotéis, restaurantes, comércio em geral, cinemas, teatros, museus e casas noturnas, entre outros, possuem um nível de acessibilidade arquitetônica ainda impensável em outras

capitais brasileiras. Essa base urbanística permite que os players da cultura também invistam em outras formas de acessibilidade, com significativo reflexo na questão atitudinal e na efetiva inclusão das pessoas com deficiência na programação.

Hoje, todos os grandes eventos culturais e comemorativos da cidade, como Aniversário de São Paulo, Carnaval, Virada Cultural e Festival de Natal, já contam com recursos de acessibilidade comunicacional (Libras, legenda e audiodescrição), bem como todo o programa Cultura Inclusiva, parceria entre as Secretarias Municipais da Pessoa com Deficiência (SMPED) e Cultura (SMC), levando aos quatro cantos da cidade, todos os meses, programação acessível a todos os públicos.

De forma ainda mais contundente, inédita, o Festival Sem Barreiras – Acessibilidade e Artistas com Deficiência vai ainda mais além, ao promover o protagonismo da pessoa com deficiência também nos palcos e galerias. O objetivo do projeto é divulgar o trabalho realizado por artistas com deficiência, trazendo reconhecimento e visibilidade para talentos que muitas vezes sofrem preconceitos e não conseguem o espaço que merecem, seja no teatro, na música, dança, pintura ou qualquer outra manifestação cultural. A primeira edição, em 2019, surpreendeu o público com mais de 100 atrações.

Este ano, de 21 a 27 de setembro, a segunda edição do evento reunirá atrações nacionais e internacionais, com importante participação das grandes instituições culturais, como SESC, Itaú Cultural, IMS, Pinacoteca, MASP, Instituto Tomie Ohtake, MIS, Sala São Paulo, SESI, Japan House e Casa das Rosas, entre vários outros. Como grande novidade dessa edição, contaremos com a participação de artistas com deficiência vindos da Inglaterra, parceria entre os festivais Sem Barreiras e Unlimited, de Londres, grande pioneiro e referência internacional.

Somadas a outras tantas ações em curso, São Paulo eleva a acessibilidade e os direitos das pessoas com deficiência a outro patamar de importância estratégica, estabelecendo padrões necessários para o convívio inclusivo de todos os seus municípios, sem exceções, e assume, com orgulho, a responsabilidade de ser a Capital Nacional da Cultura Inclusiva!

Cid Torquato é Secretário Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo.



As ações e projetos da Secretaria da Pessoa com Deficiência de SP

A Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED) foi criada para promover o protagonismo da pessoa com deficiência e sua plena participação na sociedade, bem como para ser referência na concepção e execução de políticas públicas em prol da acessibilidade e dos direitos da pessoa com deficiência. Conheça algumas das ações e projetos realizados sob a gestão do Secretário Cid Torquato.

Selo de Acessibilidade Digital

Certifica sites e portais, públicos e privados, que cumprem com os critérios de acessibilidade estabelecidos pelo eMAG, padrão federal de acessibilidade digital. Hoje, todos os sites da Prefeitura de São Paulo são certificados, algo inédito entre sites públicos no Brasil e no mundo. O objetivo do Selo é incentivar a consciência e a prática da acessibilidade na web em todo o país e reconhecer as organizações que já tem sites e portais acessíveis, permitindo que todas as pessoas possam ter acesso a informações e serviços.



Central de Intermediação em Libras (CIL)

A CIL mostra a todo o país que é possível atender surdos em Libras, da praça da SPTrans ao médico especialista, por intermédio de aplicativo

próprio de videochamada. O app CIL-SMPED é gratuito e o serviço está disponível 24 horas.

Programa Tecnologia Assistida

Este é outro projeto transformador. A SMPED tem dispensado, após prescrição, produtos tecnológicos para estudantes da rede municipal de ensino e servidores públicos da Prefeitura. Com eles, a ideia é minimizar suas limitações e potencializar suas habilidades, garantindo oportunidades em equidade com estudantes e servidores sem deficiência.

Paraoficina Móvel

A SMPED, em parceria com a AACD, lançou em novembro passado a Paraoficina Móvel. Trata-se de van customizada, com máquinas e ferramentas, bem como estoque de materiais e peças de reposição. Ela percorre a cidade, oferecendo reparos em cadeiras de rodas, órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, como muletas, bengalas e andadores. A falta de manutenção desses equipamentos, muitas vezes causada por absoluta falta de condições financeiras, faz com que os mesmos deixem de ser usados ou continuem em uso de maneira precária, o que pode ameaçar a segurança física dos usuários.

Festival de Acessibilidade e Artistas com Deficiência

Criado pela SMPED, em parceria com a Secretaria de Cultura e participação das principais instituições culturais da cidade, tem como objetivo divulgar o trabalho de artistas com deficiência. A primeira edição, em 2019, contou com mais de cem atrações: circo, contação de história,



dança, debates, exposições, intervenções, música, oficinas, palestras, passeios, performances, poesia, teatro e visitas monitoradas.

Somadas com outras ações, a SMPED mostra, de forma pioneira, como os cidadãos com deficiência devem ser tratados. Este modelo inovador, embora seja uma antiga demanda das pessoas com deficiência, valoriza o indivíduo, respeita a diversidade humana e propõe novos paradigmas para a inclusão deste que é o segmento, ainda, mais vulnerável da sociedade.

Para saber mais informações sobre a Secretaria Municipal para Pessoas com Deficiência acesse o site:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/ e as redes sociais – smpedsp (Instagram, Twitter, Facebook, Youtube e LinkedIn)





Mobilidade urbana: foco no planejamento e ação política

Mobilidade urbana se tornou uma preocupação universal nos últimos 30 anos do século passado, em decorrência do colapso da circulação nas grandes cidades do mundo como consequência do aumento incontido da frota de veículos particulares.

Desde então, pesquisadores, estudiosos e agentes públicos vêm enviando esforços no sentido de dar (ou recuperar) racionalidade nos deslocamentos nas cidades, de modo que as viagens entre as residências e os locais de trabalho, estudo e lazer sejam feitas com segurança e conforto, minimizando as chamadas externalidades: acidentes, poluição e congestionamentos.

No Brasil, as preocupações e o tratamento estruturado das questões de mobilidade urbana datam da década de 1960, quando foi concebido e implantado o primeiro corredor de ônibus urbano, em Curitiba, e evoluíram até a promulgação da Lei 12.587, em 2012, que instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana – PNMU. Entre estas diretrizes destaca-se a priorização do transporte coletivo, público e dos deslocamentos não motorizados, em vez do individual, particular e motorizado.

A PNMU foi resultado de uma longa discussão no parlamento. Começou em 1995, com a apresentação de um projeto de lei pelo então deputado paulista Alberto Goldman, que instituiu diretrizes nacionais para o transporte coletivo urbano. Durante a tramitação na Câmara, outros projetos se juntaram a esse, gerando uma proposta mais abrangente de mobilidade urbana. Em 2010, a Câmara encaminhou um substitutivo para apreciação do Sena-



do, que foi aprovado em dezembro de 2011.

A Lei 12.587 / 2012 estabelece princípios, diretrizes e instrumentos para orientar os municípios a planejar o sistema de transporte e de infraestrutura viária para circulação de pessoas e cargas, capaz de atender à população e contribuir para o desenvolvimento urbano sustentável. Para isso, prevê mecanismos para garantir preços acessíveis no transporte coletivo, vias exclusivas para ônibus e bicicletas, restrição de circulação de veículos privados em determinados horários e cobrança de tarifa para utilização de infraestrutura urbana, como estacionamentos públicos.

A Lei prevê ainda que a aplicação destes princípios e diretrizes estejam consolidados em um documento – o Plano de Mobilidade. Em conjunto com os demais planos de desenvolvimento, em especial o Plano Diretor, o Plano de Mobilidade é a referência para que a cidade cresça de modo a aproximar origens e destinos, racionalizando os deslocamentos, reduzindo as externalidades e possibilitando um desenvolvimento sustentável.

Municípios com mais de 20 mil habitantes e os que integram regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento econômico (Ri-

des) e aglomerações urbanas com população total superior a um milhão de habitantes devem elaborar o Plano de Mobilidade, de forma integrada com o Plano Diretor previsto pelo Estatuto da Cidade e, quando couber, com os planos de desenvolvimento urbano integrado e com os planos metropolitanos de transporte e mobilidade urbana.

A legislação em vigor define a data limite de 12 de abril de 2021 para conclusão do Plano de Mobilidade. E mais: municípios que não apresentarem o Plano no prazo não poderão receber recursos federais destinados à mobilidade urbana.

Considerando que: (1) a maioria dos Municípios ainda não teve a oportunidade para desenvolver o Plano de Mobilidade; (2) estamos em um ano eleitoral, quando serão escolhidos os próximos prefeitos e vereadores; e (3) a importância do Plano de Mobilidade como instrumento de apoio ao desenvolvimento sustentável das cidades; tem-se dois grandes desafios que, com a atuação da APM, serão superados:

- Agilizar os processos de desenvolvimento dos Planos de Mobilidade de modo a permitir aos novos gestores municipais a elaboração de um documento consistente;

- Buscar fontes de recursos que viabilizem a elaboração destes planos.

Aproveitar este momento, focando o Plano de Mobilidade como prioridade na gestão, é o caminho seguro para o desenvolvimento sustentável das cidades.

Dario Rais Lopes é Engenheiro, Doutor em engenharia de transportes, ex-secretário dos transportes de SP; ex-secretário nacional dos transportes e da mobilidade urbana.

Planos de mobilidade urbana e a construção de cidades sustentáveis

Prover o espaço urbano de infraestrutura, por muitas décadas, passou a impressão de progresso. No entanto, hoje se sabe, o planejamento restrito à área da intervenção e ao seu entorno resultou em grande saturação viária, com congestionamentos e dificuldade de acesso às regiões mais populosas das cidades brasileiras. Os entraves à circulação de pessoas e cargas nos centros urbanos impactam negativamente o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população de um país. A grande lição a aprender é que o investimento sem planejamento não se reverte em benefícios para a sociedade, na mesma proporção.

A cultura que levou as cidades a gerirem seus deslocamentos com foco apenas nos transportes, muitas vezes favorecendo o fluxo de automóveis na infraestrutura viária, negligenciou questões fundamentais para os cidadãos. Tratar a acessibilidade, mitigar o efeito nocivo da poluição atmosférica, restabelecer os serviços urbanos após desastres naturais, cuidar das travessias e da circulação de pedestres pela cidade, garantir a segurança e a estrutura adequada para ciclistas, por exemplo, são temas que nem sempre são considerados quando se pensa apenas no sistema de transporte urbano. Pensar na cidade e nas pessoas, demonstra ser muito mais efetivo quando se trata de mobilidade urbana, ou seja, quando se vai além dos transportes.

A obrigatoriedade de fazer Plano de Mobilidade Urbana, imposta pela Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587 de 2012), denota diferenças importantes no conceito e na forma de planejamento, em comparação a outros tempos. O Estatuto da Cidade determinou

que cidades acima de 500 mil habitantes tivessem seu Plano de Transporte Urbano Integrado. A mudança que parece ser a mais importante, entre as duas previsões, é que o Plano de Mobilidade Urbana deve ser feito para cidades a partir de 20 mil habitantes, promovendo o planejamento ordenado, enquanto a cidade ainda não tem um nível de complexidade que dificulte seu planejamento, ao contrário de planejar para uma cidade com 500 mil habitantes.

Outro fator de grande impacto no planejamento da mobilidade é que o Plano de Mobilidade Urbana, ao contrário do anterior, trata de questões de toda a circulação no espaço urbano, não previstas num plano de transporte urbano. A Lei da Mobilidade, como também é chamada a Lei nº 12.587 de 2012, prevê o conteúdo do plano de mobilidade urbana, que deve contemplar os princípios, diretrizes e objetivos da própria Lei, além de itens considerados obrigatórios, que cada cidade deve abordar de acordo com seu programa e suas especificidades.

O Plano de Mobilidade Urbana é um documento sistematizado que reflete o planejamento do setor, orientando a execução e refletindo, mais do que uma política de gestão, uma política de Estado, devendo ser implementado em médio e longo prazo, e traduzir o desejo da sociedade local, o programa de governo do gestor em questão e a cidade que se decidiu construir para o futuro. O Plano é o documento que reflete o planejamento e orienta a execução, contendo diagnósticos, objetivos, metas e ações estratégicas.

No entanto há um prazo legal para que as cidades cumpram essa missão. A partir de abril de 2021, para acessar recursos federais para a mobilidade

urbana, o município deverá ter elaborado seu plano. O município que não tiver seu plano nessa data, só poderá obter recursos quando tiver concluído sua elaboração, ou seja, não tê-lo feito até a data prevista em Lei, não é impedimento para continuar a construí-lo. Outra informação importante é que o Plano de Mobilidade Urbana é de atribuição, gestão e competência constitucional municipal. Assim sendo, não cabe ao Governo Federal analisar ou aprová-lo. A União poderá, em eventual solicitação de recurso federal para a mobilidade urbana, verificar se o plano está compatível com a Política Nacional de Mobilidade Urbana, para considerar o plano válido para esse fim.

Para apoiar financeiramente o cumprimento dessa determinação legal, o Governo Federal vem adaptando, ao longo do tempo, programas de financiamento que, por muitos anos, tinham como objetivo apoiar obras de infraestrutura. O BNDES, por exemplo, conhecido por vultosos investimentos em diversas áreas de infraestrutura pública, atualmente possui uma linha de financiamento para a mobilidade urbana, que pode ser utilizada para esse fim. Mais informações podem ser encontradas em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-finem-mobilidade-urbana>

Por último, apesar da escassez de bibliografia nacional sobre o tema, no site do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), encontram-se publicações para orientação e informação, desenvolvidas por anos pela equipe técnica do extinto Ministério das Cidades, e no último ano, do MDR www.mdr.gov.br/mobilidade-e-servicos-urbanos/publicacoes-semob).



Aproximar, modernizar e desburocratizar!

Ao assumir a Chefia de Gabinete da Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo, em 1º de janeiro de 2019, tínhamos uma clara missão direcionada pelo Governador João Doria e endossada por nosso secretário, Aildo Rodrigues Ferreira: transformar a gestão em um espaço municipalista, atendendo cada vez mais os cidadãos na “ponta da linha”, ou seja, levando políticas públicas diretamente aos municípios de forma moderna e desburocratizada.

De imediato, aprimoramos os canais de comunicação com as 645 prefeituras paulistas. No meu gabinete, bem como no do secretário e do nosso secretário executivo, Marco Aurélio Pegolo dos Santos (Chuí), recebemos centenas de prefeitos, vereadores e secretários municipais.

Em uma de nossas ações mais conhecidas pelas administrações municipais, as Academias ao Ar

Livre, enxugamos o plano de trabalho e estabelecemos um parecer jurídico referencial para agilizar o andamento dos pedidos internamente.

Criamos também grupos de WhatsApp (plataforma de comunicação disseminada em todos os cantos de São Paulo e do Brasil) para tirar dúvidas específicas durante a elaboração dos processos pelas prefeituras, o que nos permite receber pedidos mais adequados à legislação, portanto, com tramitação mais ágil.

Também em 2019, a Secretaria de Esportes aderiu integralmente ao programa SP Sem Papel, iniciativa do Governo do Estado de São Paulo para eliminar o uso de papel em todos os órgãos da gestão estadual. Foram produzidos mais de 4 mil documentos online pela Pasta desde o último mês de outubro. Dentro em breve, o SP Sem Papel será adotado também na relação

com as prefeituras.

Temos trabalhado intensamente também na relação com parlamentares para destinar cada vez mais recursos de emendas na implantação, manutenção e reformas de espaços e programas esportivos voltados diretamente às cidades. É nosso papel levar os benefícios do esporte a cada vez mais pessoas em todas as regiões do Estado.

Por fim, aproveitando o espaço honroso neste veículo da Associação Paulista de Municípios (APM), mais uma vez reitero as portas sempre abertas da Secretaria de Esportes para as demandas dos municípios, bem como de todos os órgãos do Governo do Estado. Trabalharemos cada vez mais para intensificar essa relação de parceria direta com as cidades.

Jefferson Nogueira de Oliveira

Chefe de Gabinete da Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo.

Um prêmio à ciência

São 19 edições, 1.704 trabalhos participantes e R\$ 3,15 milhões entregues a cientistas. Esses números sintetizam a trajetória de um certame que se tornou referência em Pesquisa & Desenvolvimento.

O Prêmio Péter Murányi laureia anualmente trabalhos científicos, indicados pelas mais reconhecidas instituições acadêmicas brasileiras. O critério básico para a inscrição é que os resultados contribuam de modo efetivo para a melhoria das condições de vida de populações ou comunidades de países em desenvolvimento do Hemisfério Sul.

O certame, que chegou à 19ª edição em 2019, é promovido pela Fundação Péter Murányi. Trata-se de um legado do empresário do mesmo nome, sempre dedicado às causas humanitárias e à inclusão socioeconômica. Sua obra em benefício do bem comum segue sendo realizada por seus familiares.

Vera Murányi Kiss, presidente da fundação, revela que, em suas 19 edições, o prêmio teve 1.704 trabalhos acadêmicos participantes, indicados por universidades e instituições ligadas à ciência. A cada ano, são três finalistas, totalizando 57 pesquisas.

O certame aborda anualmente, segundo as regras da instituição, em sistema de rodízio, os temas Educação, Saúde, Ciência & Tecnologia e Alimentação. O primeiro colocado recebe R\$ 200 mil; o segundo, R\$ 30 mil; e o terceiro, R\$ 20 mil. A 19ª edição do Prêmio Péter Murányi, cuja entrega ocorrerá em abril de 2020, teve 124 estudos inscritos.



Vera Murányi Kiss, presidente da Fundação Péter Murányi

Referência em P&D

Ao longo de sua trajetória, o prêmio, que se consolida como referência no campo de P&D, distribuiu R\$ 3,15 milhões a pesquisadores e cientistas. Seu propósito é beneficiar populações e comunidades de nações em desenvolvimento, reconhecendo trabalhos capazes de melhorar a qualidade da vida. Os vencedores são escolhidos por um júri composto por representantes de entidades nacionais e internacionais ligadas à alimentação, representantes de universidades federais, estaduais e privadas, personalidades de renome e membros da sociedade.

A premiação conta com o apoio das seguintes entidades: CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de



São Paulo), Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Anpeí (Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras), SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Aciesp (Academia de Ciências do Estado de São Paulo), ABC (Academia Brasileira de Ciências), Aconbras (Associação dos Consúles no Brasil) e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

“Nosso país tem grandes pesquisadores, universidades de ponta e um parque empresarial significativo. É imenso, portanto, o nosso potencial para o fomento à pesquisa e inovação a partir do maior engajamento da iniciativa privada no apoio à ciência. Os bons exemplos que temos dos trabalhos participantes do Prêmio Péter Murányi em suas 19 edições demonstram que vale a pena apoiar a ciência em nosso país”, ressalta Vera Murányi Kiss.

Quanto maior for esse apoio, mais autonomia e independência o País terá para seu imprescindível aporte tecnológico e inovação. “É importante que se somem os esforços de todos – universidades, empresas e Terceiro Setor – para que o Brasil converta cada vez mais a pesquisa e a ciência em fatores de desenvolvimento”, conclui ela.



Equipe de transição: uma medida que se impõe

Não é incomum, no Brasil, a existência de processos de transição governamental extremamente conturbados, essencialmente marcados pelo acirramento das divergências exacerbadas na eleição e pelo desprezo pelo interesse público, resultando num grande caos administrativo.

Contudo, as consequências desse processo serão sofridas pelo próprio Município e, evidentemente, pelos próprios cidadãos.

É por isso que, durante o período de transição deverá estar presente o espírito de unidade entre as partes envolvidas, de modo a buscar o melhor resultado possível para o Município.

A transição governamental é o período entre governos durante o qual deve-se buscar criar condições para que a transferência de poder das mãos do atual Prefeito para o Prefeito eleito seja feita de forma a prestigiar o interesse público atendendo melhor, assim, aos anseios da população.

Com o objetivo de dar continuidade à gestão pública, é nesse período que o Prefeito que está encerrando seu mandato poderá informar ao candidato eleito sobre as ações, projetos e programas em andamento.

A partir das informações recebidas o candidato eleito, por sua vez, poderá, mesmo antes da sua posse, tomar conhecimento a respeito dos dados e informações relevantes que deverão ser considerados para a elaboração e execução do seu programa de governo.

Para facilitar uma boa transição governamental, é recomendável a



instalação de uma equipe de transição logo que o novo Prefeito seja declarado eleito pela Justiça Eleitoral.

A equipe de transição pode ser criada pelo Prefeito em exercício por meio de decreto que especifique as datas de início e de encerramento dos trabalhos, identificação de finalidade, forma de atuação, bem como seus componentes entre os quais deverá haver um coordenador, que poderá ser o Secretário de Finanças, o Secretário de Administração, ou o representante do Controle Interno, por exemplo.

Os órgãos e entidades da Administração Pública deverão colaborar para a realização do trabalho da equipe de transição, apresentando-lhe relatório contendo informações sucintas acerca de decisões relevantes que possam acarretar repercussão para o futuro órgão; o elenco dos órgãos e entidades com os quais o Município mantém maior contato; as relevantes atuações, os projetos e programas, executados ou não, elaborados pelos órgãos e entidades durante a gestão em curso; a relação de nomes e informações pessoais como endereços e telefones dos principais

dirigentes do órgão ou entidade e dos servidores titulares de cargos de chefia etc.

À equipe de transição deverá ser franqueado o amplo acesso a quaisquer informações como dados referentes ao orçamento, às contas públicas, ao patrimônio etc.

Ao conferir aos novos gestores as informações necessárias ao início da gestão e de servir como uma espécie de prestação de contas do gestor que encerra seu mandato, a equipe de transição contribui para a realização do dever republicano de se produzir uma transição governamental respeitosa e transparente, contribuindo-se, dessa forma, para o fortalecimento da democracia. E desta é sempre importante cuidar, pois “a pior democracia é preferível à melhor das ditaduras”, já dizia Rui Barbosa.

Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, integrante do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora do livro “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e co-autora do livro “Vinte Anos de Constituição” e “O Marco Regulatório do Terceiro Setor” (isabela@conam.com.br).



Número recorde: mais de 180 APAES na capacitação

São Pedro, sede do evento, recebeu 450 pessoas, entre presidentes e gestores do movimento apaeano paulista

Pela primeira vez na sua história, a Federação das APAES do Estado de São Paulo (FEAPAES-SP) recebeu em um único evento, mais de 184 APAES. Entre os dias 14 e 16 de fevereiro, a cidade de São Pedro (SP) foi palco de um importante evento do movimento apaeano paulista, a II Capacitação para Dirigentes. Mesmo após o encerramento das inscrições, muitas pessoas foram pessoalmente até o local em busca de uma vaga.

Com um plenário lotado, com 450 pessoas, o evento foi aberto com uma bonita cerimônia, que contou com a presença de diversas autoridades, dentre elas o senador Flávio Arns, o vice-prefeito de São Pedro, Thiago Silvério da Silva, a presidente da FEAPAES-SP e secretária executiva da Frente Parlamentar em Defesa das APAES, Cristiany de Castro, Maria de Fátima Dalmédico Godoy, que na ocasião representou a Federação Nacional das APAES (APAE Brasil), entre outros. Também participaram da abertura, usuários da APAE de São Pedro, ocasião em que puderam mostrar aos presentes do que são capazes, por meio de duas apresentações brilhantes executadas no palco do evento: Time of my life (dança) e Pra ser feliz (Coral).

“Esse evento superou nossas expectativas, havíamos feito a previsão de lotar apenas um hotel. Porém, ainda no período de inscrição tivemos que bloquear um segundo hotel para atender todas as APAES. Isso é fruto do trabalho sério que temos



desempenhado, com total transparência, dinamismo e atenção as demandas de nossas filiadas”, explica a presidente da FEAPAES-SP, Cristiany de Castro.

Capacitação e networking

Além de ser um importante espaço para a troca de experiências entre membros de diferentes APAES, a capacitação é uma oportunidade para se atualizarem diante dos cenários que se modificam constantemente. O encontro teve por objetivo orientar e ampliar a performance dos novos e antigos presidentes das APAES do estado e para isso a FEAPAES-SP reuniu um time de palestrantes e especialistas em gestão, governança e marketing do terceiro setor.

A programação recheada de grandes especialistas no terceiro setor agradou aos dirigentes das APAES, entre eles, Bianca Monteiro Silva, assessora e consultora jurídica, especializada em Organizações da Sociedade Civil (OSCs) desde 2002 e coautora do livro Roteiro do Terceiro Setor: Associações, Fundações e Organizações Religiosas, juntamente com Tomaz de Aquino Rezende e André Costa Resende. Danilo Tiisel,

advogado graduado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP) e especialista em legislação do terceiro setor, gestão e sustentabilidade, também agradeceu com sua palestra que abordou a importância da diversificação de fontes na captação de recursos.

David César também passou pelo palco da Capacitação de Dirigentes e deixou uma mensagem de superação e alegria. David nasceu com a síndrome de Hanhart, deficiência genética rara que ocorre na fase embrionária e acarreta a falta de membros superiores e inferiores. Mas, isso não o impediu de seguir em frente e, mais do que isso, fazer parte da transformação do mundo onde vive.

“Foi uma oportunidade fantástica de aprendizado para os dirigentes fornecendo ferramentas para um gerenciamento profissional de suas APAES. Também foi um importante momento de relacionamento com pessoas multiplicadoras do bem, vindas de todas as regiões do estado de SP”, finaliza Maria de Fátima Dalmédico Godoy.

Cristiany de Castro é presidente da FEAPAES-SP.

O que é mais urgente?

Você está com a mão no batente da porta e recebe a informação que fecharão a porta na sua mão. Pergunto, o que é mais urgente?

Fazer uma longa análise sobre as consequências legais para quem perpetrar o ato?

Direcionar, com forte convicção, ameaças físicas de retaliação caso o machuquem?

Formar um comitê de mediação para resolver consensualmente o caso?

Não!

Urgente é você tirar sua mão do batente, antes que fechem a porta.

Quando nos debruçamos sobre questões ligadas às Políticas Públicas e Direitos Sociais, ano após ano, parece imutável a magnitude dos problemas enfrentados.

Há tanto por fazer, por mais que já tenha sido feito. E, sabemos que tem muita gente comprometida e dedicada a esse processo de melhoria contínua.

Se compararmos nossa “mão na porta” às “filas de espera” na área da Educação e Saúde – O QUE É MAIS URGENTE?

Na área da Educação, é urgente colocar a criança ou estudante na creche ou escola no momento exato. Se não o fizermos, o tempo resolve, lamentável verdade. A criança perde a “janela de oportunidade” de aprendizado e socialização. O Cidadão pode carregar consequências dessa defasagem por toda sua vida, social e profissional.

Na área da Saúde, é urgente atender o Cidadão na rede pública, com consultas, exames, procedimentos e remédios, sempre que necessário. Se não o fizermos, sabemos as consequências que o “senhor tempo” vai impor. Aliás a Saúde deveria ser mais preventiva, não só curativa, mas isso fica para outra conversa.

Afirmo, sem medo de me enganar, que temos ótimos profissionais

nas duas áreas, ambas multidisciplinares, nas quais dependemos de Equipes de Excelência para cumprir a missão de educar o Cidadão e cuidar de sua saúde. Precisamos multiplicá-las, vocacionar os Brasileiros para as importantes profissões ligadas à Educação e Saúde.

Valorizar, o quanto possível for, os Profissionais nesses dois ecossistemas.

Não sou pessimista, pelo contrário, corro sempre atrás de alternativas, normalmente de algo que podemos não estar vendo, da solução simples e eficaz.

Para exemplificar, vou usar as “filas de espera” como indicador de desempenho da “quantidade de serviços disponibilizados” aos Cidadãos. Simples observação mostra que estamos aquém do necessário, senão não haveriam filas - ponto.

O que de mais simples pode ser feito, que já foi pensado, sugerido e até mesmo tentado, pelos que vivem e se dedicam ao dia-a-dia da Educação e Saúde?

Certamente o uso da tecnologia, aparece em letras garrafais, acompanhado de um simples Cadastro Único. Tecnologia organizando e estruturando essa imensidão de dados.

Tecnologia transformando dados em informações, e essas em planejamento estratégico e daí por diante

A simples adoção de prontuário único do Cidadão, com dados atualizados permitirá um ganho de eficácia, agilizando o atendimento, onde e quando a demanda aparecer.

Seja no nível Municipal, Estadual ou Federal, acabando com essa “divisão política, geográfica, teórica, ilógica” do Cidadão Brasileiro.

Esse cadastro acompanhará a vida escolar e digamos, a vida biológica, do Cidadão com todas as informações centradas no seu CPF.

Ampliará muito a capacidade de planejamento do Executivo, que com uso de inteligência artificial e métodos preditivos, poderá antecipar-se às necessidades da população.

Vagas em Creches, Escolas, Centros de Saúde, Hospitais, Controle imunológico, Centrais de Medicamentos, todos integrados.

Política Pública de qualidade na hora certa, quantidade certa, onde a demanda exigir.

Estamos falando de um cadastro básico com nome, data e local de nascimento, naturalidade, nacionalidade, filiação, CPF, endereço, e outras formas de contato, todas atualizáveis.

É um cadastro dinâmico e não estático, esse último não teria o menor valor.

Com um cadastro único o Cidadão pode ser atendido em qualquer





órgão público apresentando o seu CPF. E todo seu histórico estará disponível. Ele passa a ser tratado como Cidadão Brasileiro, que é, não mais como ele muitas vezes se sente, cidadão municipal ou estadual, dependendo do caso, nenhuma das anteriores.

E aí surge o CBC, detalhando tudo isso, e felizes imaginamos, serão resolvidos, em grande parte, nossos problemas. Mas, vejam só.....

O CBC - Cadastro Base do Cidadão instituído pelo governo federal através do Decreto 10.046, de outubro de 2019, pode garantir que todo o sistema esteja preparado para ter esses dados do Cidadão, atualizados, desde o seu nascimento. Simultaneamente, o mesmo Decreto cria também o CCGD – Comitê Central de Governança de Dados, para atividades que o seu próprio nome informa.

Completa o quadro, na mesma data, o Decreto 10.047 dispendo sobre a governança do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS, instituindo o programa

Observatório de Previdência e Informações do CNIS.

Está sendo criada uma megaestrutura de dados, aparentemente centralizados, ou supostamente centralizáveis. Com todos os benefícios e riscos que isso pode significar.

Louváveis as duas iniciativas, não fosse o fato de não ter havido discussão extensa e profunda dos fatores de riscos e benefícios. Podendo, como preveem os Decretos, gerar impactos às determinações dos tão amplamente discutidos e deliberados artigos da LGPD.

A intenção é positiva, o resultado final precisa ser igualmente positivo.

Gerar um poderoso banco de dados da População brasileira, integrando dados biográficos, biométricos e cadastrais do Cidadão, é uma enorme responsabilidade.

Uma solução de Estado, que precisa atravessar Governos, garantindo não redundar em distorções que levem à regressão futura no lugar do esperado avanço.

A LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados, Lei 13.709/2018, que

entra em vigor em agosto de 2020, foi amplamente debatida e aperfeiçoada por muitos anos no Congresso e fora dele antes de ser promulgada.

Ela colocou o Brasil entre as Nações com dispositivos legais mais modernos e atuais no que se refere às garantias da proteção da privacidade dos dados pessoais.

O impacto dos novos Decretos, precisam ser avaliados com atenção, já que cabe ao Cidadão autorizar, de maneira objetiva e a cada oportunidade, o uso de seus dados privados.

Preocupados com o que é mais urgente, nas áreas da Educação e Saúde, na eficácia das Políticas Sociais, não devemos perder a visão do quadro geral e fragilizar avanços importantes da LGPD, no direito à privacidade do Cidadão.

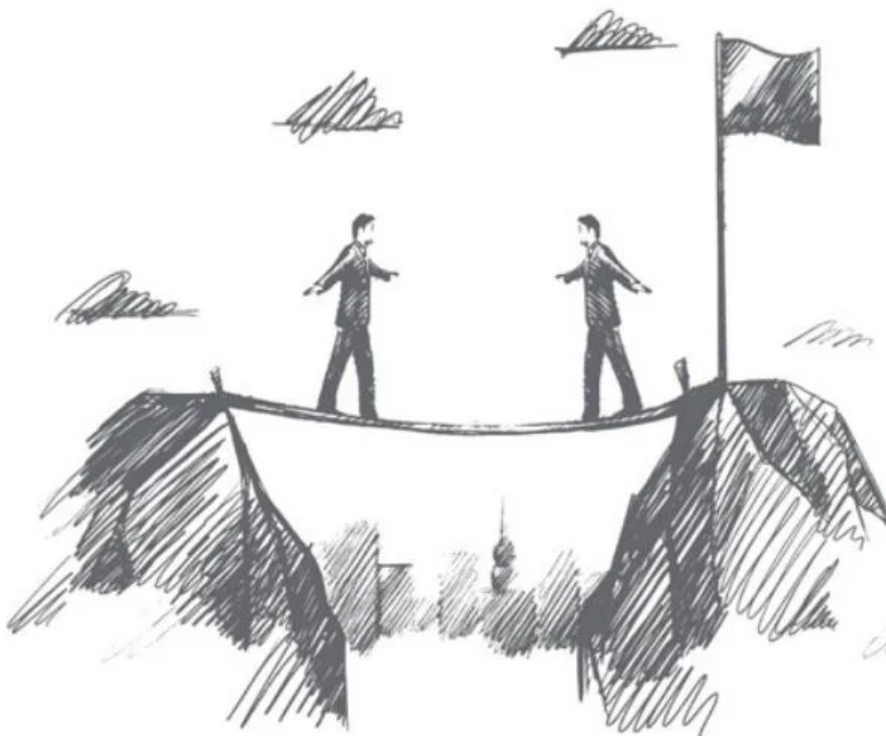
Acredito fortemente, como sugeri na primeira metade do artigo, que um cadastro centralizado pode gerar eficácia na prestação do serviço público, impulsionando Políticas Sociais que impliquem em avanços importantes com impactos positivos para o Cidadão.

É certo, que sempre existe um preço a pagar pelas conquistas e avanços.

Debater como interagem os pontos positivos e negativos dos três dispositivos citados é um tema que vale muito a pena!

E, uma pergunta fica no ar, no caso do Cadastro Básico do Cidadão: como equilibrar na prática: eficácia das políticas públicas nas questões de direitos sociais com direito à privacidade dos dados do cidadão?

Rogério Góes é Administrador, Montanhista, Conselheiro do CRASP, Diretor de Relações Institucionais do ARTICULE, Interlocutor das Parcerias CRASP-TJSP e CRASP-APM.



Estratégias de valorização de resíduos de cerâmica vermelha (RCV)

Por Raphael
Balduino – Pesquisador
FIPT / Valdir Moraes
Pereira – Pesquisador FIPT
/ Marsis Cabral Junior –
Pesquisador IPT / Valdecir
Angelo Quarcioni –
Pesquisador IPT

O Estado de São Paulo abriga o maior polo industrial de produção de artefatos de cerâmica vermelha no país, concentrando, cerca de, 15 aglomerações produtivas, sendo que, parte delas, é reconhecida pelas instâncias governamentais como arranjos produtivos locais (APLs). Estes APLs concentram-se, principalmente, no município de Itu, Tatuí, Tambaú, Vargem Grande do Sul e Panorama, que é conhecido como APL de cerâmica vermelha do Oeste Paulista.

De forma geral, a indústria cerâmica nacional apresenta importantes avanços tecnológicos nos processos industriais, como elevado controle e padronização dos produtos; no entanto, um problema recorrente em todos os APLs cerâmicos é a perda ao longo do processo produtivo (Figura 1), que compromete a competitividade das empresas devido ao custo de fabricação dos elementos e gera elevada quantidade de resíduos. Estas perdas são ocasionadas, principalmente, por defeitos no processo de fabricação. Quando estes defeitos ocorrem antes da queima, os produtos extrudados (secos ou úmidos) podem ser reprocessados. Porém, isso não ocorre para as peças defeituosas que sofreram tratamento térmico (queima), pois atualmente, não existem técnicas consolidadas de reaproveitamento em larga escala destes materiais, que são, geralmente, descartados nas próprias fábricas (olarias).



Figura 1 – Pilhas de resíduo de cerâmica vermelha (RCV) (cacos cerâmicos) em olarias. Fonte: IPT (2013).



Além de perdas econômicas que a falta de uma gestão adequada dos RCV acarreta, o processo cumulativo de resíduos cerâmicos gera passivos ambientais de dimensões consideráveis nos APLs, acarretando impactos negativos que ocasionam mobilização de áreas expressivas, poluição visual e proliferação de insetos peçonhentos. Cabe ressaltar que, mesmo em manufaturas cerâmicas tecnologicamente modernas,

as perdas também são consideráveis, embora ocorram em menor quantidade.

Com base em informações de diversas aglomerações ceramistas, estima-se que as perdas em produtos acabados sejam entre, aproximadamente, 5% a 10%, representando um descarte de cacos cerâmicos de 1,5 a 3,0 milhões toneladas por ano no território paulista (Quadro 1).

LOCALIZAÇÃO	PRODUÇÃO CERÂMICA		CONSUMO DE ARGILA	GERAÇÃO DE RCV
	PEÇAS	TONELADAS		
BRASIL	65 Bilhões	130 Milhões	170 Milhões t	6,5 a 13 Milhões t
ESTADO DE SÃO PAULO	16 Bilhões	32 Milhões	37 Milhões t	1,6 a 3,2 Milhões t
* Perdas estimadas – 5 a 10%				

Os resíduos de cerâmica vermelha fazem parte do montante de resíduos da construção civil (RCC). Em 2019, foi estimada uma geração de RCC de 23 milhões de toneladas no Estado de São Paulo (46 milhões de habitantes (IBGE, 2019) x 0,5 t/hab/ano (PINTO, 2005)). O teor de resíduo de cerâmica vermelha (RCV) presente nos RCC pode variar entre 11 a 27% (IPT, 2015).

A construção civil tem um papel fundamental para atingir os objetivos/metabolismos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) (AGENDA 2030), uma vez que o setor consome grande quantidade de recursos naturais e gera quantidade expressiva de resíduos sólidos e gases poluentes nas fases de extração das matérias primas, fabricação, transporte, uso, manutenção e descarte.

Diante do problema que o RCC tem gerado ao meio ambiente e à sociedade de modo geral, tem-se buscado alternativas para o seu reaproveitamento. Diversas pesquisas têm sido realizadas para a sua valorização, utilizando-o como adição mineral em cimentos compostos, preparo de concretos sem função estrutural, fabricação de artefatos de concreto (guias de sarjetas, blocos de vedação, bancos de praça, etc.), obras de pavimentação, entre outros. A maioria destas pesquisas tem conseguido comprovar a viabilidade técnica do uso destes resíduos, considerando-os como uma alternativa viável para a obtenção de materiais de construção alternativos e ecoeficientes.

Desta forma, a utilização de resíduos de cerâmica vermelha apresenta-se como uma maneira para valorizar o RCC, podendo tornar-se um negócio e gerar capital para empresas que hoje possuem elevados passivos descartados dentro das próprias fábricas. A transformação deste passivo ambiental em materiais de valor agregado pode ocorrer por meio da elaboração de rotas tecnoló-

gicas de utilização/transformação dos resíduos cerâmicos na fabricação de materiais de construção.

CENÁRIOS

O resíduo da cerâmica queimado, mais especificamente, de blocos, é denominado de chamote. Este resíduo pode ser definido como o subproduto originado de rejeitos de materiais cerâmicos após a queima. Para a incorporação do chamote na massa cerâmica para fabricação de novas peças, esses materiais devem ser britados, moídos e classificados de acordo com o uso pretendido. Na literatura encontram-se artigos desde a década de 1990 visando avaliar a viabilidade técnica da incorporação de RCV em massas cerâmicas, focando a redução de impactos ambientais negativos, bem como, diminuição de resíduos industriais e redução de passivos ambientais decorrentes do seu descarte desordenado.

Em termos técnicos, a utilização do chamote em massas cerâmicas visa, principalmente, reduzir a retração volumétrica dos produtos nos processos de secagem e queima. Dependendo do tipo de preparo e aplicação, o uso do chamote também pode aumentar a resistência mecânica das novas peças. A quantidade de chamote a ser introduzida na massa cerâmica dependerá do método de conformação utilizado e do tipo de produto cerâmico a ser fabricado (PASCOAL MASSAS, 2013).

O RCV também pode ser valorizado no uso como adição mineral ao cimento Portland, pois pode conferir ao material melhor desempenho e durabilidade. Este uso consiste na substituição parcial do cimento Portland pelo RCV finamente moído (material pozolânico). As adições minerais são materiais silicosos ou sílico-aluminosos, normalmente adicionados ao cimento em quantidades relativamente grandes, que variam de 6% a 50%, para o uso em

concretos (NBR 16697) (ABNT, 2018). Esta adição mineral atua proporcionando melhorias na qualidade do concreto, conferindo-lhe aumento de resistência mecânica e durabilidade.

Outra possibilidade de aproveitamento do RCV na construção civil é a sua utilização como adição mineral (pozolana) para a produção de blocos de concreto. Neste tipo de utilização, deve ser realizada uma avaliação das propriedades dos blocos de acordo com as diretrizes normativas vigentes, principalmente no que diz respeito à norma NBR 6136 – Blocos vazados de concreto simples para alvenaria – Requisitos (ABNT, 2016) e norma NBR 12118 – Blocos vazados de concreto simples para alvenaria – Métodos de ensaios (ABNT, 2014). A partir desta avaliação, é possível classificar os blocos em função de sua resistência à compressão, variação dimensional, absorção de água e variação dimensional (retração) e avaliar se os resultados atendem aos requisitos mínimos normativos.

Diante das possibilidades de uso do RCV na indústria da construção civil, o IPT tem trabalhado no estudo e avaliação da sua viabilidade técnica e econômica. Em um destes trabalhos, foram coletadas amostras de cacos cerâmicos dos APLs de cerâmica vermelha do Oeste Paulista e avaliados o seu uso em três rotas tecnológicas: uso na própria indústria cerâmica (chamote), adição mineral e em blocos de concreto. Neste estudo, os cacos cerâmicos das olarias foram amostrados, homogeneizados, quarteados e moídos, gerando um material fino passante na peneira de abertura 0,075 mm.

Após a caracterização, os materiais foram aplicados em: substituição da massa cerâmica (chamote); adição mineral no cimento Portland e; blocos de concreto (IPT, 2014) e as principais contribuições do trabalho são apresentadas a seguir.



• **Substituição da massa cerâmica:** Considerando o conjunto das propriedades físicas cerâmicas das misturas com adição de chamote em relação às massas padrão (sem uso do resíduo cerâmico), concluiu-se que o RCV adicionado às argilas para fabricação de produtos cerâmicos é viável, desde que seja realizada de forma controlada. A diminuição da contração linear (retração) após secagem e queima, possibilitou um maior controle dimensional das peças, bem como a manutenção da resistência mecânica. Os resultados obtidos no estudo do IPT mostraram que as adições de RCV na fabricação de novas peças podem ser de 5 a 10%. Valores de adição superiores a 10%, apesar de apresentarem ganhos em algumas propriedades físicas, tem restrição com relação à resistência mecânica.

• **Adição mineral no cimento Portland:** Para avaliar as características do RCV como adição mineral no cimento Portland, foram produzidos em laboratório dois tipos de cimento (CP II-Z e CP IV), combinando a pozolana obtida a partir do resíduo de cerâmica vermelha com o cimento Portland de alta resistência inicial (CP V - ARI). A diferença entre os tipos de cimento Portland produzidos deram-se devido à quantidade de RCV aplicada nas misturas, sendo que no CPIV foi adicionada maior quantidade do que o CP II Z.

Analisando os resultados dos ensaios mecânicos para o CP II-Z e CP IV, observou-se que suas resistências à compressão foram superiores ao valor mínimo estabelecido normativamente (NBR 16697) (ABNT, 2018), que é 40 MPa. A partir destes resultados, conclui-se há um potencial para aumento no teor de substituição do

cimento Portland pelo RCV e que o uso do RCV nesta aplicação é viável tecnicamente;

• **Blocos de concreto:** Nesta aplicação, foram produzidos blocos de concreto com base em um traço de concreto comercial com resistência à compressão acima de 3 MPa, foram fabricados blocos de dimensões 14x19x39 cm conforme a NBR 6136/2016 (ABNT, 2016). Neste estudo, os blocos produzidos em laboratório com substituição do cimento Portland por RCV apresentaram baixa absorção de água e elevada resistência à compressão, indicando que a substituição de parte do cimento pelo material pozolânico não interferiu nas propriedades dos blocos de concreto. Verificou-se também que todos os blocos apresentaram resistências à compressão considerável, podendo ser utilizados como blocos estruturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos cenários apresentados, conclui-se que todas as rotas tecnológicas avaliadas nos estudos realizados no IPT têm potencial para o aumento do uso do resíduo de cerâmica vermelha, pois apresentaram resultados satisfatórios que comprovam sua viabilidade técnica. Para isso, torna-se necessário que estudos sejam realizados para avaliar pontualmente o uso do RCV nas

diversas fábricas cerâmicas, assim como sejam montadas políticas municipais, estaduais ou regionais de gestão do RCV, visando mitigar os impactos ambientais que este resíduo ocasiona ao meio ambiente e para que este possa ser uma alternativa economicamente viável para as empresas deste segmento industrial.

Uma das alternativas e solução para o problema do RCV para a indústria cerâmica e, consequentemente, para os municípios, seria a realização de um consórcio dos polos ceramistas visando viabilizar rotas tecnológicas para reaproveitamento deste resíduo. O IPT tem atuado neste tipo de trabalho, sendo uma possibilidade de apoio técnico para desenvolvimento destas rotas, assim como contribuir tecnicamente com soluções para as olarias e apoio na integração dos ceramistas com as empresas potenciais utilizadoras desse tipo de resíduo.

REFERÊNCIAS

- AGENDA 2030.** Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em 20/02/202.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT).** NBR 6136: blocos vazados de concreto simples para alvenaria: requisitos, Rio de Janeiro, 2016, 10p.
- NBR 12118:** blocos vazados de concreto simples para alvenaria: métodos de ensaio, Rio de Janeiro, 2014, 14p.
- NBR 16697:** cimento Portland - requisitos, Rio de Janeiro, 2018, 12p.
- IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas.** (2013). Desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de resíduos da indústria de cerâmica vermelha nos APLs de Tatui e Vargem Grande do Sul. (Relatório Final 134609 – 205). São Paulo, SP: IPT.
- IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas.** (2015). Desenvolvimento de tecnologia para produção de cimento de resíduos de construção e demolição. (2º Relatório Parcial 149210 – 205). São Paulo, SP: IPT.
- MEHTA, P. K.; MONTEIRO, P. J. M.** Concreto: microestrutura, propriedades e materiais. São Paulo: IBRACON, 2008. 674p.
- PASCOAL MASSAS.** Informações gerais da homepage. Disponível em: <<http://www.pascoalmassas.com.br/2012/analises/mprimas/index.asp>>. Acesso em: 18 de fev. de 2020.
- PINTO, T. P. et al.** Ministério das Cidades. Manejo e gestão de resíduos da construção civil: como implantar um sistema de manejo e gestão nos municípios. v. 1. 196 p. Brasília: Caixa, 2005.



Olho no Futuro

O controle externo da Administração Pública no Estado de São Paulo passa por mudança de concepção.

O passado deixa de ter protagonismo e o foco se volta para o presente, a fim de alcançar a prestação de um serviço público eficaz no futuro próximo.

O Tribunal de Contas paulista, com apoio e incentivo do Ministério Público de Contas, vem modificando, paulatinamente, seu modo de atuação, antecipando ações corretivas em substituição ao mero controle posterior e repressivo de eventuais irregularidades, com a realização de auditorias de acompanhamento simultâneo das ações praticadas pelos agentes do Estado e dos 644 municípios sob sua jurisdição.

Nessa perspectiva, foi lançado o aplicativo “Olho na Escola”, que objetiva melhorar a qualidade da educação pública paulista. Esta ferramenta ampliará o controle social e aproximará o cidadão do Tribunal de Contas, seguindo a lógica constitucional que incentiva essa conjugação de esforços.

Na prática, buscam-se respostas concretas para problemas diários, como a falta de professores ou a deficiência nas estruturas das escolas.

Ao contrário do apontado por críticas precipitadas, não há qualquer intenção de responsabilizar diretores das unidades de ensino. Estes serão parceiros na concretização do propósito comum de melhoria do ensino público.

O aplicativo torna possível que os usuários do sistema de educação pública no Estado de São Paulo apresentem sugestões, elogios e reclamações, com posterior análise do responsável e encaminhamento de solução ou justificativa ao inte-

ressado. A educação é dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, como prescrito na Constituição.

Este novo instrumento de cidadania visa ainda assegurar o cumprimento do objetivo n.º 4 de desenvolvimento sustentável, elencado na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas para a concretização da educação inclusiva, equitativa e de qualidade.

Auditoria operacional realizada em 2018 identificou que 95,49% das escolas estaduais fiscalizadas não possuíam o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros; 37,6% delas sequer possuíam áreas delimitadas para a alimentação das crianças; apenas 14,7% tinham Laboratórios de Ciências instalados seguindo recomendação do Conselho Nacional de Educação e 27,82% eram desprovidas de biblioteca.

É evidente que a discussão sobre o adequado financiamento da educação pública emergirá a partir da consolidação dos dados captados pelo aplicativo.

Caberá então aos órgãos de controle, e também à sociedade, exigir a destinação de recursos para suprir as deficiências encontradas.

Inclusive, assim como foi feito na década de 1990 com a criação do Programa Saúde da Família na atenção básica e preventiva, seria importante que o Congresso Nacional, por ocasião das discussões sobre o novo Fundeb, elaborasse proposta de emenda à Constituição visando remodelar o financiamento do ensino público, estabelecendo-se um sistema único de educação com responsabilidade e participação dos três entes federativos: União, Estados e Municípios.

O avanço da tecnologia, com acesso instantâneo às informações sobre atos praticados pelos gestores, aliado ao rápido compartilhamento de informações precisas, garante inteligência na atuação e agilidade nas resoluções dos problemas.

O controle externo paulista tem buscado com altivez colaborar para a melhora da qualidade do gasto público, na busca de serviço público eficiente e que aproveite racionalmente os escassos recursos da sociedade.

O Brasil se ressent de extensos períodos de estagnação econômica. Contudo, não haverá crescimento sustentável a longo prazo sem aumento de produtividade e isto só ocorrerá com uma transformação educacional consistente.



Thiago Pinheiro Lima é Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo.



A constituição municipal

Embora a estrutura política no Brasil tenha começado com as Câmaras Municipais, somente na Constituição de 1988, finalmente, o Município foi considerado ente federativo. E nesse novo contexto o município, com mais liberdade para sua gestão, passou a ter novas responsabilidades. E uma delas foi a conquista de ter uma Constituição Municipal, ou seja, a Lei Orgânica dos Municípios antes elaborada pelas Assembleias Legislativas, portanto pelo Estado.

No entanto essa Lei, naturalmente aprovada pela Câmara Municipal, ainda hoje, em muitos municípios carece de ajustes e adaptações locais, pelo avanço do seu desenvolvimento político, econômico e social.

Recentemente num evento de prefeitos na Fecomércio, entidade que contribui significativamente com os municípios, e cujo segmento através do ICMS é grande responsável pela sua receita, ouvimos dos representantes do Ministério da Eco-

nomia que o desenvolvimento dos municípios as vezes é prejudicado pela demora na aprovação pela Prefeitura dos pedidos para construção e decisão sobre obras.

Como os prefeitos presentes não se manifestaram e fiquei incomodada, por insistência do próprio representante acabei falando. E disse que a demora na maioria das vezes é pelo cuidado que o Executivo tem que ter para o cumprimento da Lei Orgânica que estabelece o zoneamento do território, código de obras e outras regras que determinam os seus espaços e de competência das Câmaras Municipais.

E acrescentei que a partir do momento que as Câmaras Municipais atualizem, ajustem e adaptem às leis federais e estaduais a Lei Orgânica do seu município, certamente o departamento jurídico, responsável pela legalidade da gestão não precisará, no julgamento dos pedidos de alvará, ficar pesquisando

sobre possíveis mudanças nas legislações federal, estadual e outras e como consequência, certamente o processo será mais rápido.

Oxalá possamos ter dentro da urgência possível, pelas Câmaras Municipais, de todos os municípios a revisão das Leis Orgânicas trazendo-as para a realidade presente. Lembrando que a adaptação, ajuste e atualização não deverá ser somente em obras, mas também em Políticas Públicas de Educação, Saúde, Transporte, enfim, nas áreas de todos os serviços prestados pelo município.

Dalva Christofoletti Paes da Silva é do departamento de Relações Públicas da Associação Paulista de Municípios e Presidente do CEAME - Centro de Estudos e Apoio aos Municípios e Empresas e Fundadora e Coordenadora do Movimento de Mulheres Municipalistas da Confederação Nacional de Municípios.



www.aspbrasil.com

SCN Q1 BIE
sala 612

contato@aspbrasil.com.br

61 3968-6749

61 99247-9556
61 99167-0529

**MONITORAMENTO DE
OPORTUNIDADES E PROJETOS
PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS**

CONTE CONOSCO!



Por
Marilene
Mariotoni

CRECISP

Em reunião realizada na sede do Conselho Regional de Corretores de Imóveis, o presidente Augusto Viana Neto destacou a parceria com a APM para que a autarquia possa firmar convênios com os Municípios para a avaliação mercadológica de bens municipais, gratuitamente. Presentes as prefeitas Daniela de Cássia Santos Brito (Monteiro Lobato) e Gisele Tonchis (Lourdes), o prefeito Clodomiro Junior (Santo Antonio do Pinhal) e Marcelo Lima representando o prefeito de Tabatinga.

Mulheres em Destaque

A sempre dedicada e competente Roseli Ugolini, em evento da Fundação Aca Laurência e do Ciesp Sul, na Fiesp, em 20 de março, faz a entrega do Prêmio Mulheres em Destaque 2020, a atuantes homenageadas, como Mariazinha Hellmeister e a Vereadora Adriana Ramalho.

Fundação Péter Murányi

Tem como presidente Vera Murányi Kiss que entregará o Prêmio anual a três pesquisas científicas na área de alimentação, no próximo dia 28 de abril, em cerimônia sempre emocionante e que mostra as realizações dos pesquisadores brasileiros.

Woman's Club SP

Empossada a nova diretoria do tradicional São Paulo Woman's Club tendo à frente a presidente Dra. Orchidéa Corciolli, ao lado de atuantes Diretoras e Conselheiras, como Gladys Abud Rodrigues e Romilda Tucci.

Andradina

A prefeita Tamiko Inoue participou da Semana de Integração Acadêmica da Universidade Virtual do Estado de São Paulo, em Andradina, destacando que a Univesp foi instalada para que a população tenha o melhor ensino à distância.

OBME

A Organização Brasileira de Mulheres Empresárias, presidida por Lilian Schiavo, promoveu a palestra “Uso Consciente das Tecnologias”, da perita digital forense Arlete Muio, na Câmara Municipal de São Paulo.

Prefeita Dilma Silva...

... de Cássia dos Coqueiros, dá destaque a ações na área da saúde e educação. No site da Prefeitura há o mapa com atrativos turísticos do município.

30 de março

Como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher, na Alesp, a entrega da Medalha Ruth Cardoso às escolhidas pelo Conselho de Honraria ligado ao Conselho Estadual da Condição Feminina, pela presidente Mariazinha Hellmeister e conselheiras, à vereadora Adriana Ramalho e demais homenageadas.

Soninha Francine

Presidente da Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Juventude, da Câmara Municipal de São Paulo, Soninha Francine comandou debate sobre a abordagem do Governo Federal quanto prevenção à gravidez na adolescência.

Janaína Lima

A vereadora é autora de projeto de lei aprovado na Câmara de São Paulo que autoriza a Prefeitura a promover a arbitragem nas demandas administrativas, juntamente com o presidente, vereador Eduardo Tuma.

Coordenadorias

Os municípios que criaram Coordenadoria da Mulher ou de Políticas para as Mulheres tem colhido bons resultados no trabalho em defesa da população, devendo-se enautecer o que vem realizando a Profa. Gina Piniano (Atibaia) e a Eng. Silvana Guarnieri (Diadema).

Ibitinga

A prefeita Cristina Kalil Arantes inaugurou a Casa do Cidadão, reinaugurou a Escola Delfina G. da Fonseca e está instalando as placas de sinalização turística da estância.

Jarinu

Primeira cidade paulista a oficializar o ensino da língua italiana nas escolas municipais, Jarinu tem como prefeita Eliane Lorencini Camargo, com atuação em várias áreas.

Presidente Epitácio

A prefeita Cássia Furlan participou de evento com o governador João Doria de entrega de equipamentos e novos serviços no Hospital Regional de Presidente Prudente, uma vez que os municípios fazem uso daquele hospital.

Ribeirão Grande

Sedia o Parque Estadual Intervalles, com 419 espécies de aves, rios, cachoeiras e cavernas, integrado ao Circuito Mundial de Observadores de Aves. Eliana dos S. Silva é a prefeita.

SustentAção

Grupo que pretende divulgar experiências, boas práticas e campanhas de sustentabilidade nos órgãos públicos e que se reúne regularmente com seus representantes, poderá fazer a reunião de março na APM.

UNIPONTAL

A vereadora Lucimara Dias (Presidente Venceslau) participou da 1ª Conferência de Assuntos Federativos do Pontal e tem realizado boas ações à população.

Marilene Mariotoni é 4ª Vice Presidente da APM e as notícias para esta coluna deverão ser enviadas para marilenemariotoni@uol.com.br



O CENSO DO IBGE É UM RETRATO
DE QUEM VIVE NO BRASIL.

E QUEM VIVE NO PAÍS NÃO
PODE FICAR DE FORA.

Este ano o IBGE fará o Censo 2020. Uma pesquisa que visita todos os domicílios brasileiros e que permite que as autoridades municipais conheçam o que os moradores precisam na área da saúde, saneamento, educação e muitas outras.

Quando um morador deixa de responder ao Censo, ele não aparece nesse retrato, o que faz diferença no atendimento das demandas da sua região.

Por isso, divulgue e apoie a pesquisa em seu município e ajude a abrir as portas para o recebimento de serviços e melhorias.

SUSPENSO

**NOSSOS RECENSEADORES
TRABALHAM UNIFORMIZADOS
E POSSUEM CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO.**

Conheça mais sobre a pesquisa
e materiais de divulgação em:
<https://censo2020.ibge.gov.br>



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Municípios aniversariantes

Janeiro

Dia 06 - Morro Agudo - 85 anos



O primeiro núcleo de povoamento de Morro Agudo foi a Fazenda Invernada, gigantesco latifúndio sob o comando da família Junqueira, adquirida por Francisco Antônio Junqueira (1792-1848) e seu cunhado, mineiros descendentes de portugueses que migraram para o estado em meados do século XVIII, em 1812. A fazenda tornou-se por muito tempo o principal núcleo político e social da região, e ponto de referência para os forasteiros que aos poucos iam chegando e se instalando em pequenos lotes de terra fora do domínio dos Junqueira. Eles vinham principalmente de Minas Gerais, em função da decadência da mineração, e pelo fato do solo de lá não ser tão generoso como o do município para a exploração da agricultura. Em 1860, houve a doação à Cúria Diocesana de 80 alqueires de terras, onde foi erguida uma capela, sob a invocação de São José, em torno da qual foram construídas as primeiras casas, nascendo o povoado de São José do Morro Agudo, o qual dará origem ao município. População estimada em 33 mil habitantes.

Dia 19 - Praia Grande - 53 anos



Logo após o descobrimento do Brasil, a atual área da Praia Grande pertencia à capitania de São Vicente, que foi entregue pelo Rei de Portugal para ser administrada ao nobre português Martim Afonso de Souza. Envolvido com outras expedições, quem tomava conta da região era sua esposa, Ana Pimentel. Na vila se instalaram os primeiros colonizadores vindos de Portugal, que investiram em engenhos para produção de açúcar. Na segunda metade do século XX, a população de Praia Grande iniciou o movimento de emancipação, que ocorreu em 1967, após resistência de São Vicente porque significou perder 24 quilômetros de praias. População de 325 mil habitantes.

Dia 20 - Itaju - 66 anos



O Município de Itaju, cujo povoado era inicialmente chamado de “Buenópolis”, surgiu por volta da segunda metade do século XIX, através de doação de terras realizada em 1898 por Joaquim Negrão, Bento Cardoso e outros, de suas propriedades para a Cúria Diocesana de São Carlos, cuja condição era a então edificação de uma Igreja, sob invocação de São Sebastião. Em 21 de outubro de 1909, foi criado o Distrito Policial de Buenópolis e, em 11 de junho de 1910 os moradores apresentaram uma representação à Câmara de Vereadores de Bariri para uma intervenção junto a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, cuja finalidade seria de elevar o povoado de “Buenópolis” à categoria de “Distrito de Paz”, o que ocorreu três anos depois, em 1913. Em 1953 ocorreu sua emancipação política, sendo reconhecido oficialmente por Município de Itaju, tendo como Padroeiro, São Sebastião. População de 3.700 mil habitantes.

Dia 25 - Estrela D'Oeste - 78 anos



Desde o início do século XX, passaram pela região viajantes e boiadeiros que seguiam rumo ao Porto de Taboado, no rio Panamá. O apogeu é relacionado às décadas de 1950/1960 e até a metade dos anos 1970 devido à grande produção de café e por ter atingido maior número de moradores do período. Em alta, a cidade recebeu o título de Rainha do Café na região. O nome Estrela D'Oeste foi escolhido em homenagem ao Presidente da República Dr. Getúlio Vargas, em 23 de janeiro de 1942, e como estava próximo de 25 de janeiro, dia do aniversário de São Paulo, resolveu-se comemorar o da cidade junto com a celebração de São Paulo. Estrela D'Oeste possui 8.400 mil habitantes.

Dia 06 - Dirce Reis

Dia 09 - Borebi

Dia 09 - Iaras

Dia 12 - Iporanga

Dia 14 - Miguelópolis

Dia 20 - Braúna

Dia 20 - Cardoso

Dia 20 - Motuca

Dia 20 - Parisi

Dia 20 - Piraju

Dia 20 - Sabino

Dia 20 - Santa Cruz do Rio Pardo

Dia 22 - São Vicente

Dia 25 - Buri

Dia 25 - São Paulo

Dia 25 - Vera Cruz

Dia 26 - Santos

Dia 30 - Guarujá

Dia 31 - Barbosa

Fevereiro

Dia 02 - Itu - 410 anos



A cidade tem várias denominações promocionais, entre elas “Roma Brasileira”, “Berço do Apostolado” e “Ouro Preto Paulista”, em referência ao grande número de igrejas. É também conhecida como “Boca do Serpente”, por ser ponto de partida de bandeiras paulistas que iam para Mato Grosso, além de “Berço da República” e “Terra da Convenção”, alusivos à Convenção de 18 de abril de 1873 ali ocorrida e que foi o marco do movimento republicano brasileiro. Itu também é conhecida como “terra dos exageros”, alcunha que seria devida a uma descrição feita por Saint-Hilaire de imensas abóbodas e outros vegetais que teria encontrado na cidade. O nome “Utu-Guaçu” tornou-se Itu, significava “grande queda d'água”. Itu tem 170 mil habitantes.

Dia 04 - Dois Córregos - 164 anos



No final da primeira metade do século XIX, por volta de 1830, com o término do ouro de superfície das Minas Gerais, iniciou-se em grande fluxo migratório para São Paulo, onde esses desempregados dedicaram-se à lavoura do café. Estes migrantes partiram rumo ao oeste do estado, uma expedição saída de Alfenas (MG) e comandado pelo tenente Manoel Joaquim Lopes, Mariano Lopes Pinheiro e José Mariano Lopes. Em 1846, os três juntamente com José Alves de Mira doaram 20 ha da fazenda Rio Peixe para a formação do Patrimônio Capela do Divino Espírito Santo, início da povoação



que deu origem à cidade de Dois Córregos. A cidade também preserva sua cultura e suas lendas, dentre elas “Noiva do Jardim” e “Unhudo da Pedra Branca”. Dois Córregos possui 27 mil habitantes.



A colonização de Pardinho teve início no século XVIII, quando as terras próximas a Serra de Botucatu foram divididas em sesmarias, dentre estas, a Fazenda Santo Inácio deu origem às cidades de Pardinho e Botucatu. Com a expansão da cafeicultura no oeste paulista, no final do século XIX, muitos imigrantes se instalaram na região, proporcionando um período de grande desenvolvimento e implementação de melhoramentos públicos. Pardinho possui 6.400 mil habitantes.



O primeiro núcleo de povoamento de colonizadores de origem portuguesa foi a Vila de Quitaúna (atualmente o nome de um bairro de Osasco), fundada no século XVII em plena época do Brasil Colônia, onde residiu o bandeirante Antônio Raposo Tavares, que supostamente estaria enterrado no local. A Vila de Quitaúna foi esvaçada no século XVIII com a descoberta do ouro em Minas Gerais. Na região onde hoje se situa Osasco e em seus arredores existiam vários sítios e chácaras. Antônio Giuseppe Agù (Osasco, Itália, 25 de outubro de 1845 — Osasco, Brasil, 25 de janeiro de 1909) foi um imigrante italiano e um empreendedor pioneiro no planalto paulista, tendo sido o fundador da cidade de Osasco, assim denominada em homenagem à sua vila natal.

O município concentra um dos maiores parques industriais do Estado, (cerca de 500 empresas), com ênfase na metalurgia pesada. População: 698 mil habitantes.



No início do século XX, com a maioria das terras férteis e a mão-de-obra abundante e barata, surgiram muitas vilas por ação dos desbravadores na região de Rio Preto. O projeto de extensão da Estrada de Ferro Araraquara e a promessa de abertura de novas estradas foram outros fatores que influíram no desbravamento destas terras. Neste ínterim, em 1905 o sertanejo Januário Alves Ferreira, natural do Distrito de Tanabi e possuidor de uma gleba de terras situadas entre o Córrego do Retiro e o Córrego Fundo, afluentes da margem esquerda do Rio São José dos Dourados, doou 270 alqueires ao patrimônio de São Sebastião. O povoado de Ribeirão foi elevado a distrito em 1953 com o nome de Sebastianópolis do Sul. População: 3.400 mil habitantes.

- Dia 13 - Luís Antônio
- Dia 18 - Bady Bassitt
- Dia 18 - Cajamar
- Dia 18 - Cândido Rodrigues
- Dia 18 - Cássia dos Coqueiros
- Dia 18 - Colômbia
- Dia 18 - Embu das Artes
- Dia 18 - Itapevi
- Dia 18 - Luziânia
- Dia 18 - Peruíbe
- Dia 18 - Sagres
- Dia 18 - Salmourão
- Dia 18 - Sarutaiá
- Dia 18 - Taguai
- Dia 19 - Severínia
- Dia 19 - Taboão da Serra
- Dia 19 - Tapiraí
- Dia 22 - São Pedro
- Dia 28 - Paulínia
- Dia 28 - Restinga
- Dia 28 - Salesópolis
- Dia 28 - Silveiras



Noite de chuva na floresta

Não sei de muitas emoções maiores do que dormir, nas noites do inverno amazônico (entre dezembro e maio) em plena selva. Naveguei em tal época, já faz algum tempo, numa vigilenga (tipo de barco) movida a velas, entre as ilhas do delta do grande rio, parando em algumas. As casas de madeira, geralmente palafitas, são construídas em pequenas enseadas ou na foz de igarapês que desembocam na Baía do Marajó. A paisagem, felizmente, ainda está francamente poupada.

Pelo que vem acontecendo em grandes áreas da Amazônia em termos de devastações que os satélites mostram com nitidez, até que a região a que me refiro é pouco habitada. Correndo por dentro de furos e paranás, às vezes passam horas sem que se veja uma única habitação. E há pássaros de muitas cores nas árvores. E bandos de papagaios, garças ou guarás.

Foi no cair da tarde, ao se formar uma dessas tempestades súbitas e irremediáveis, com céu negro, que enveredamos por um riacho que saía de uma das ilhas, buscando proteção. E achamos.

O primeiro pampeiro, com vento de rajadas fortíssimas, virou, após, só chuva; com um detalhe: em uma hora a despencar sobre o mundo líquido, tinha-se a impressão de que caía, ininterruptamente, há séculos. Primeiro sentimos que respingava sobre folhas e galhos. Após, observamos que os grandes troncos estavam encharcados, que encharcadas pareciam as frutas pendentes, o ar, o céu e, finalmente, nosso próprio corpo; até, talvez, a alma. Mas, naquele surreal movimento de vapores dispersos, a sensação chegava a ser muito mais do que boa. Descobri, subitamente, a tentar enxugar a testa com a costa da mão, que era infinitamente melhor estar lá, a rabiscar com lápis sobre um papel meio úmido, do que em Paris, onde estivera um mês antes.

E veio a noite, com chuva fina, constante, preguiçosa. Assim que a vaga luz opaca do sol se desfez, vagarosamente o verde foi ficando cinza. Antes da escuridão total, surpresa: em galhos espalhados, tufo de flores de amarelo gritante. Outras, vermelhas como sangue.

Durante mais de uma hora, do rádio movido a pilhas de um dos tripulantes, ouvíamos músicas, ou estáticas. Restos de melodias de países estranhos. De repente, com mexida no dial, um samba de pagode. Adiante, trecho de valsa vienense.

— Deixa isso um pouco — pedi.

Finalmente, noite quase alta, o rádio se apaga. Porém não me assusto ao sentir o convés da embarcação ser coberto pelos sons da grande floresta ali ao nosso lado. Saio de sob o toldo, me protejo do chuvisco com o pano da vela abaixada. Dos

galhos das margens vinham pios e gemidos. De vez em quando um uivo, longínquo, prolongado, como de lobo em êxtase ou animal ferido. Num determinado momento descubro que sou observado por olhos. Talvez dezenas, centenas, milhares deles a me perscrutar de cada galho mal desenhado contra a escuridão densa.

Numa terceira etapa, após os olhos e sons, vieram os cheiros. Tantos e tão fortes, ou tão suaves e tão misturados, que ninguém podia descobrir o que era. Súbito, para mim, um dos aromas se torna nítido. Tenho vontade de dizer a alguém, mas todos já dormiam, que ali, na margem, talvez ao alcance das mãos, havia pelo menos um pé de jasmim-da-noite. Seu perfume sobrepujou todos os outros. Tomou-me de tal forma que não pude sentir mais nenhum.

No rumo da foz do igarapé onde estávamos ancorados, percebo, lá longe, a tênue claridade do amanhecer que vinha. Não demorou muito um bem-te-vi, esses arautos do bom tempo, cantou, fazendo com que se mexessem, como num toque de magia, as ramagens.

— Pronto pra saída? — Pergunta o piloto do barco.

— Pronto pra dormir — me recolhendo à rede, sob o toldo.

Sinto que somos, lentamente, arrastados para a baía. Outro bem-te-vi arrebenta o peito, em novo anúncio de tempo bom, e novamente penso em Paris. Fecho os olhos, inundado por uma feliz fobia da civilização. Como era maravilhoso estar longe dela.



APMCREDSALARIAL
CARTÃO OFICIAL DO SERVIDOR



1234 4567 0910
1234

JOSE BERNARDES DA SILVA
VAL. 10/2020


meuvale

CARTÃO DE BENEFÍCIOS DO SERVIDOR

Com o **Cartão de Benefícios APMCRED Salarial** o servidor antecipa até 30% do salário para consumir na rede credenciada **MeuVale**, o valor gasto será descontado na folha de pagamento do mês subsequente. O servidor tem acesso a um universo de possibilidades, além disso, **MeuVale** é o único benefício do país que oferece serviços de saúde, uma ampla rede de descontos e economia para o Município.

Para o servidor:

- Central de saúde
- Clube de descontos
- Ambulância para traslado
- R\$ 100,00 gratuitos de medicamentos *
- Seguro de vida
- Plano odontológico completo
- Até 30% do salário para consumo.
- Treino livre em academias.

Confira todas as vantagens MeuVale



Consumo Local

Consumo restrito ao município, fomentando a economia local.



Clube de descontos

- Hotéis em SP e DF;
- Passagens aéreas;
- Academias;
- Farmácias;
- Supermercados e muito mais.



Serviços de Saúde

- Central de saúde para falar com equipe multidisciplinar;
- Transferência de ambulância em caso de necessidade.

Aplicativo MeuVale

- Rede social de promoções
- Gerenciamento do benefício
- Acesso central de saúde
- Acesso a descontos
- Rede credenciada com geolocalização.

convênio:


meuvale



www.meuvale.com.br

Tudo isso a custo zero para o Município!



Escaneie o QR
Code e assista o
vídeo explicativo
meuvale



REALIZAÇÃO



64

º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

DE 19 A 22 DE MAIO DE 2020

Campos do Jordão Convention Center / SP

“ QUEBRA DE PARADIGMAS ”

NA GESTÃO PÚBLICA, de um lado está o convencional, o pensamento linear, e do outro, o espírito criativo, a inovação, a mudança de comportamento.

SUSPENSO

FUTURO CONSÓRCIOS PÚBLICOS INFRAESTRUTURA ESTRUTURAS SEGURANÇA
VALORES AO OS BRICS AGRICULTURA
MAÇÃO TURISMO
SANEAMENTO

INFORMAÇÕES: WWW.APAULISTA.ORG.BR APAULISTA@APAULISTA.ORG.BR (11) 2165.9999 #APMSP